



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**CARTA CONTRATO Nº 20/2022**

**CARTA-CONTRATO N. 20/2022/TRE-RO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. [0000753-26.2022.6.22.8000](#)**

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 35/2022**

**CARTA-CONTRATO QUE CELEBRAM ENTRE SI A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA NOGUEIRA & TERRA LTDA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FRETAMENTO DE ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL, COM VISTAS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS ADVINDAS DO PLEITO ELEITORAL DE 2022.**

**CONTRATANTE:** A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**, CNPJ 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021).

**CONTRATADA:** Empresa **NOGUEIRA & TERRA LTDA**, CNPJ 34.399.731/0001-73, com sede na Rodovia BR 364, s/n, KM 20, Anexo ao Posto Pimentão, Sala 01, Bairro Aeroporto, CEP: 76.970-000, Município de Pimenta Bueno, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 9 8472 3286 / 9 8414 3911 / (69) 99943-1355, E-mail(s): [doctorbusviagens@gmail.com](mailto:doctorbusviagens@gmail.com) / [edcelsofnogueira@hotmail.com](mailto:edcelsofnogueira@hotmail.com), neste ato representada por **EDCELSONO DE FREITAS NOGUEIRA**, brasileiro, Cédula de Identidade RG e CPF (dados pessoais suprimidos em



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021).

**LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:** Leis 8.666/1993 (Licitações e Contratos) e 10.520/2002 (Pregão Eletrônico), Decretos Federais 9507/2018 e 10.024/2019, Instrução Normativa SLTI/MPOG 05/2017, Resolução TSE 23.702/2022, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e, supletivamente, Lei 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei 10.406/2002 (Código Civil) e Lei n. 13.709/2018 (Geral de Proteção de Dados), assim como decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais normas aplicáveis ao objeto deste instrumento.

**FUNDAMENTO LEGAL:** Artigo 4º, XXII, da Lei 10.520/2002, e Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos.

**Ato de Autorização da Licitação:** DESPACHO Nº 1086/ 2022 - PRES/DG/GABDG, de 23/08/2022 (evento [0882947](#)).

**Ato de Homologação do Pregão Eletrônico:** DECISÃO Nº 6 / 2022 - PRES/DG/GABDG, de 26/09/2022 (evento [0905168](#)).

**DO OBJETO**

**(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Esta Carta-Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022, no 1º e no 2º turno, se houver.

**Subcláusula Primeira** – A execução dos serviços ora contratados deverá obedecer aos itinerários e ao cronograma de viagens abaixo discriminado:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**a) 1º turno:**

<b>ITEM 01</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Cacoal e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	962 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 02</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Pimenta Bueno e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	1.046 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 03</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Alta Floresta D'oeste e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	1.058 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 04</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ariquemes / Buritis e Retorno Itinerário Inverso

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	666 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 05</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Jaru / Ouro Preto do Oeste e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	672 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 06</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ji-Paraná /Presidente Médici e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	820 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	20 Pessoas

**b) 2º turno, se houver:**

<b>ITEM 07</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Cacoal e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	962 km aproximadamente (ida e volta)

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas
---------------------	------------

<b>ITEM 08</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Pimenta Bueno e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	1.046 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 09</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Alta Floresta D'oeste e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	1058 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 10</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ariquemes / Buritis e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	666 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 11</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
----------------	---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ji-Paraná /Presidente Médici e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	672 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 12</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ji-Paraná /Presidente Médici e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	820 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	20 Pessoas

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA deverá observar, entre outros, os critérios de sustentabilidade ambiental indicado no Capítulo 4 do Termo de Referência correspondente.

**Subcláusula Terceira** – Vinculam-se à presente Carta-Contrato, independente de transcrição, as normas e disposições contidas no Edital de Pregão Eletrônico supramencionado e seus anexos, inclusive no Termo de Referência (TR) respectivo, e na proposta da CONTRATADA vencedora do mencionado certame, assim como seus anexos e documentações técnicas.

### **DA DESCRIÇÃO DOS VEÍCULOS**

**CLÁUSULA SEGUNDA** – Os veículos devem ter as especificações mínimas abaixo:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** - Locação de 06 (seis) veículos - tipo ônibus rodoviário convencional, **sendo 05 (cinco) com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) lugares e 01 (um) com capacidade para 20 (vinte) pessoas**, com ar condicionado, poltronas reclináveis, apoio para braços e pés, cinto de segurança em cada um dos assentos, bagageiro, padrão rodoviário, em perfeito estado de uso e conservação, toalete pressurizado com isolamento acústico, guarnecido com frigobar abastecido com água mineral tipo copo ou, na ausência desse equipamento, com fornecimento de água mineral gelada. Os veículos deverão conter todos os acessórios de identificação, segurança e sinalização de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelas normas do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN. **Todos** os veículos deverão ser disponibilizados **com motoristas devidamente habilitados** e documentação regularizada pelos órgãos competentes para a normatização e fiscalização do transporte rodoviário intermunicipal no Estado de Rondônia, abastecidos e com cobertura de seguro para os passageiros a serem transportados.

**Subcláusula Segunda** - Os veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar limpos tanto interna quanto externamente, devendo ainda ser apresentada a documentação regular e válida prevista no termo de referência.

**Subcláusula Terceira** - Em todas as viagens, a CONTRATADA deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento de cada itinerário especificado.

**Subcláusula Quarta** - A CONTRATADA deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços especificados neste instrumento contratual, tais como: combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, salários, diárias e estadia dos motoristas, taxas de estacionamento, limpeza de veículos, seguros de responsabilidade civil, sinistros e outros.

**Subcláusula Quinta** - A CONTRATADA deverá garantir o socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Sexta** - Nas hipóteses de avarias ou qualquer outra situação que impeça o veículo fretado de trafegar, a CONTRATADA deverá substituir o veículo por outro em perfeitas condições de trafegabilidade e obedecidas as idênticas especificações estabelecidas nesta Carta-Contrato e no Termo de referência correspondente.

### **DOS MOTORISTAS**

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Os motoristas deverão possuir habilitação adequada e regular para a condução dos veículos locados, devendo apresentarem-se devidamente uniformizados e identificados com crachá funcional ou equivalente.

**Subcláusula Primeira** - A CONTRATADA deverá garantir a seus motoristas o descanso mínimo de 11 (onze) horas antes de iniciar o itinerário, em cumprimento ao art. 235-C da CLT.

**Subcláusula Segunda** - Quando o trajeto tiver duração estimada superior a 04 (quatro) horas, a CONTRATADA deverá disponibilizar mais um motorista por itinerário, perfazendo 2 (dois) motoristas, para que o motorista usufrua do descanso de 30 (trinta) minutos exigido pelo art. 235-D da CLT.

**Subcláusula Terceira** - A CONTRATADA deverá substituir imediatamente o motorista em caso de ausência ou outros motivos que impossibilite o seu trabalho de condução do veículo.

### **DOS ITINERÁRIOS A SEREM CUMPRIDOS**

**CLÁUSULA QUARTA** - A CONTRATADA deverá atentar para os itinerários e cronograma de saídas e chegadas, em especial:

1. As saídas dos veículos especificados nos **itens 01 a 06** do objeto desta contratação ocorrerão no **dia 1º/10/2022**, pontualmente às 08 horas da manhã, do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, situado na Av. Tiradentes, n. 3360, bairro Embratel, no município de Porto





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Velho/RO. Caso haja 2º turno (**itens 07 a 12**), a saída ocorrerá no **dia 29/10/2022**, no mesmo horário e local, observando que:

- a) Em cada itinerário de ida ocorrerão paradas nos quartéis da Polícia Militar nas cidades indicadas como ponto de destino, com a finalidade de desembarcar os policiais militares daquela cidade, bem como os materiais necessários.
  - b) No itinerário da volta será realizado o caminho inverso e ocorrerá a mesma sistemática de paradas nos quartéis da Polícia Militar.
  - c) Nos retornos de cada itinerário, os veículos deverão estar pontualmente às 08 horas da manhã do **dia 03/10/2022**, e em caso de 2º turno, **dia 31/10/2022**, sempre nos Quartéis da Polícia Militar do município final de linha.
  - d) Os endereços dos Quartéis da Polícia Militar dos municípios de destino devem ser obtidos com os policiais militares que serão transportados.
2. A quilometragem total indicada em cada itinerário é estimativa. A empresa deverá considerar em sua proposta financeira os custos com eventuais mudanças de rotas ou quilometragens realizadas acima do previsto. No entanto, não serão ultrapassados os dias de locação definidos neste instrumento.
3. Não ocorrerão deslocamentos adicionais dentro das cidades de origem ou destino, apenas o necessário para o embarque e desembarque nos quartéis da Polícia Militar.

### **DA QUANTIDADE DE VEÍCULOS DEMANDADOS**

**CLÁUSULA QUINTA** – Para a execução dos serviços da presente contratação será necessário o fretamento/locação de 06 (seis) ônibus, do tipo rodoviário convencional, para transportar 201 (duzentos e um) policiais, conforme tabela abaixo de localidades e quantidades de policiais militares:

<b>LOCALIDADES</b>	<b>QUANTIDADE DE POLICIAIS MILITARES A SEREM TRANSPORTADOS</b>
Cacoal	34



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Pimenta Bueno	42
Alta Floresta D'oeste	33
Ariquemes e Buritis	40
Jaru e Ouro Preto do Oeste	38
Ji-Paraná e Presidente Médici	14
<b>TOTAL</b>	<b>201</b>

**DO REGIME DE EXECUÇÃO**

**(Art. 55, II, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SEXTA** - A execução do objeto desta contratação será realizada de forma indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, tipo menor preço por item, de acordo com a necessidade do CONTRATANTE, o qual requisitará os serviços a serem realizados.

**DA VIGÊNCIA**

**(Artigo 57, II e § 3º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA SÉTIMA** – Esta Carta-Contrato terá vigência a contar de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO até o dia 1º/10/2022, acrescido do prazo adicional de 60 (sessenta) dias necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento desta contratação.

**Subcláusula Única** – O prazo de execução dos serviços obedecerá ao cronograma informado na **Subcláusula Primeira** desta carta-contrato.

**DO VALOR**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Artigo 55, III e V, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA OITAVA** – O valor estimado desta Carta-Contrato é de **R\$ 74.860,00** (setenta e quatro mil oitocentos e sessenta reais), conforme planilha abaixo:

ITENS	TIPO DO VEÍCULO	QUANTIDADE DE PASSAGEIROS	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
<b>1º TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2022</b>			
<b>Item 1</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL	42	6.850,00
<b>Item 2</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL	42	7.450,00
<b>Item 3</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL	42	7.550,00
<b>Item 4</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL	42	4.900,00



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Item 5</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL	42	4.800,00
<b>Item 6</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL	20	5.850,00
<b>2º TURNO DAS ELEIÇÕES DE 2022, SE HOUVER</b>			
<b>Item 7</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL	42	6.850,00
<b>Item 8</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL	42	7.480,00
<b>Item 9</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL	42	7.550,00
<b>Item 10</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL	42	4.900,00
<b>Item 11</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO	42	4.800,00



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	CONVENCIONAL		
<b>Item 12</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL	20	5.880,00
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO DESTA CARTA-CONTRATO R\$</b>			<b>74.860,00</b>

**Subcláusula Primeira** - O valor desta Carta-Contrato é estimativo, não obrigando o CONTRATANTE a requisitar o seu equivalente em serviços durante a vigência do ajuste.

**Subcláusula Segunda:** As despesas com a execução do presente Carta-Contrato correrão à conta da Funcional Programática nº 02061003342690001 e Elemento de Despesa nº 339033.03, constantes no orçamento da Justiça Eleitoral, Notas de Empenho nº 2022NE000654 (e reforço -2022NE000654) e 2022NE000655, de 26/09/2022.

<b>Tipo de Orçamento</b>	<b>Plano Interno</b>
Pleitos Eleitorais	FUN LOCVEI1
Pleitos Eleitorais	FUN LOCVEI2

**DO PAGAMENTO**

**(Art. 55, III, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA NONA** - Os pagamentos à CONTRATADA serão efetuados, aplicadas as retenções legais, após o retorno de cada viagem, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil, devendo a Fatura/Nota Fiscal estar devidamente atestada pela Comissão de Segurança das Eleições – COSE.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – Para fazer jus ao pagamento, a CONTRATADA deverá estar regular perante o FGTS, o INSS, à FAZENDA FEDERAL, à JUSTIÇA DO TRABALHO e ao CNJ.

**Subcláusula Segunda** - Caso o CONTRATANTE identifique alguma divergência ou pendência que impeça o pagamento, notificará a CONTRATADA para a devida regularização, sendo que o prazo para pagamento será contado a partir da regularização da pendência ou divergência.

**Subcláusula Terceira** - Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

**Subcláusula Quarta** - Caso a CONTRATADA não apresente regularidade fiscal no momento do pagamento ou incorra em outra hipótese que leve a instauração de procedimento de administrativo para apuração de responsabilidade, passível de aplicação de multa e outras penalidades por descumprimento de obrigação imposta, conforme sanções previstas neste instrumento, o pagamento será realizado com a retenção prévia da possível multa a ser aplicada, a qual ficará retida até a conclusão do procedimento de apuração de responsabilidade. No caso de não condenação, o valor retido será pago à mesma. (Acórdão n. 964/2012-Plenário, TC 017.371/2011-2, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues, 25.4.2012).

**Subcláusula Quinta** - Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**Subcláusula Sexta** - O CONTRATANTE não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pela CONTRATADA que porventura não tenha sido acordada neste instrumento contratual.

**Subcláusula Sétima** - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o CONTRATANTE não tenha concorrido de alguma forma para tanto,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela a ser paga.

**I** = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

**TX** = Percentual da taxa anual = 6%.

**Subcláusula Oitava** - A compensação financeira prevista no item anterior será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

### **DA GARANTIA CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VI, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA** – Para assegurar a plena execução do contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93, a CONTRATADA deverá apresentar GARANTIA no valor de **R\$ 3.743,00** (três mil setecentos e quarenta e três reais), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste instrumento contratual, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666/93, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

**Subcláusula Primeira** – A Garantia deverá ser apresentada em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, a saber:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

II - seguro garantia;

III - fiança bancária.

**Subcláusula Segunda** – A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- c) Multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
- d) Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não adimplidas pela CONTRATADA;

**Subcláusula Terceira** – A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados na Subcláusula anterior.

**Subcláusula Quarta** - A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

**Subcláusula Quinta** – A não apresentação injustificada da garantia no prazo acima poderá implicar na rescisão contratual e a consequente aplicação de penalidades à contratada.

**Subcláusula Sexta**– A garantia será considerada extinta:

- a) Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da Administração, mediante termo circunstanciado, de que a CONTRATADA cumpriu todas as cláusulas do contrato;

**Subcláusula Sétima** – A garantia somente será liberada ante a comprovação de que a CONTRATADA pagou todas as obrigações oriundas





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

desta contratação, e, caso esse pagamento não ocorra até o fim da vigência contratual, a garantia será retida e utilizada para seu pagamento diretamente pela Administração.

**Subcláusula Oitava** – O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

**DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 67 da Lei 8666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** - A gestão e fiscalização desta contratação será exercida pela titular da Coordenadoria de Segurança das Eleições – COSE, ou por seu substituto, aos quais competem, nessas condições, todas as atribuições estipuladas pela Instrução Normativa nº 04/2008 e em suas alterações.

**Subcláusula Única** - A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a execução desta contratação não poderá ser invocada para eximir a CONTRATADA da responsabilidade pelo seu cumprimento.

**DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA** - Pelas características dos serviços que apenas poderão ser prestados pelos responsáveis pelas empresas que possuem Certificado de registro válido e regular da empresa pelo Poder Concedente, expedido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO), fica vedada a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto desta contratação (art. 89 da IN TRE/RO nº 04/2008).

**Subcláusula Única** – A vedação de subcontratação não impede o arrendamento de veículos de propriedade de terceiros, devidamente comprovado por contrato e sancionado pelo Poder



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Concedente. Esse vínculo não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais decorrentes do contrato.

**DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA** – São obrigações do CONTRATANTE:

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

**II** - Exigir e conferir todos os documentos listados nas OBRIGAÇÕES PRELIMINARES da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a CONTRATADA para que os apresente na forma especificada no contrato, sob pena de não autorizar a prestação dos serviços, sem prejuízo da rescisão do contrato e aplicação das penalidades legais e contratuais;

**III** - Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

**IV** - Encaminhar à CONTRATADA, em tempo hábil para a obtenção da autorização de viagens junto ao Poder Concedente, lista contendo o nome e o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF de cada um dos passageiros que serão transportados nas respectivas viagens;

**V** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

**VI** - Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras deste contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

**VII** - Rejeitar, através do fiscal desta carta-contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas neste instrumento;

**VIII** - Receber os serviços, através do fiscal desta carta-contrato, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instrumento, no prazo previsto no cronograma, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

**IX** - Realizar o pagamento pelos serviços prestados de forma regular;

**X** - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

**XI** - Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme estipulado neste instrumento;

**XII** - Cumprir e fazer cumprir todas as condições estabelecidas neste instrumento, no Edital de Pregão Eletrônico respectivo e em seus anexos, bem como na legislação correlata;

**XIII** - Comunicar-se com a CONTRATADA preferencialmente por escrito, notificando-a quando da constatação de qualquer pendência;

**XIV** - Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pela CONTRATADA;

**XV** - Controlar a execução financeira da contratação, dentro dos limites, condições e prazos estabelecidos; e

**XVI** - Cumprir as demais obrigações consignadas neste instrumento contratual e em seus anexos.

**DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**(Artigo 55, II, VII e XIII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA** – São obrigações da CONTRATADA:

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, encargos e condições estabelecidas no instrumento de contrato, do edital do certame e da proposta apresentada;

**II** - apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato**, a garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93;

**III** – apresentar no prazo máximo de **15 (quinze) dias** anteriores ao início da execução dos serviços os seguintes documentos:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

a) Uma lista com a descrição de todos os ônibus que serão utilizados para a realização dos percursos, se possível com fotos externas e internas de cada um deles, comprovando que atendem a todas as especificações e condições definidas, na qual deverá constar o nome de todos os motoristas que farão a condução dos veículos;

b) cópia da autorização para cada uma das viagens, expedida pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO);

c) Indicar o nome, telefone e e-mail de um representante da empresa para atuar como **responsável da empresa com poderes de decisão** para a contínua e necessária solução de problemas relacionados à execução dos serviços, troca de informações, esclarecimentos e resoluções de questões administrativas que eventualmente possam surgir da relação contratual.

**IV**– O descumprimento injustificado das obrigações descritas neste subitem anterior sujeitará a CONTRATADA às penalidades na forma estabelecidas neste termo de referência e no contrato.

**V** - Participar de reuniões presenciais com a Administração CONTRATANTE ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;

**VI** - Apresentar todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

**VII** - Apresentar os veículos utilizados na execução dos serviços devidamente limpos, tanto a parte externa quanto interna;

**VIII** - Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, salários, diárias e estadia dos motoristas, taxas de estacionamento, limpeza de veículos, seguros de responsabilidade civil, sinistros e outros.

**IX** - Dimensionar e manter equipe suficiente de motoristas regularmente habilitados para a execução dos serviços objetivando o cumprimento rigoroso dos prazos previstos no contrato, zelando para não gerar qualquer prejuízo à perfeita prestação dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

**X** - Em caso de substituição de qualquer um dos profissionais inicialmente indicados, comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

de 02 (dois) dias úteis, fornecendo as informações do motorista substituto que deverá atender, no mínimo, os requisitos definidos no contrato;

**XI -** Substituir imediatamente o motorista já escalado para condução dos veículos, em caso de ausência ou outros problemas que impossibilite o seu trabalho de condução do veículo no **prazo máximo de 02 (duas) horas**;

**XII -** Garantir a seus motoristas o descanso mínimo de 11 horas antes de iniciar o itinerário, em cumprimento ao art. 235-C da CLT e, quando o trajeto tiver duração estimada superior a 04 (quatro) horas, disponibilizar mais um motorista por itinerário, perfazendo 02 (dois) motoristas, para que o motorista usufrua do descanso de 30 (trinta) minutos exigido pelo art. 235-D da CLT;

**XIII -** Garantir o socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem, fazendo a devida substituição do veículo contratado, por outro que atenda as especificações, em situações em que o mesmo não estiver em condições de trafegar, **no prazo máximo de 02 (duas) horas**;

**XIV -** Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;

**XV -** Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo a possibilidade de utilização de veículos arrendados, na forma permitida por este contrato;

**XVI -** Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei nº 8.666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços;

**XVII -** Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as taxas, despesas e emolumentos e demais exigências de órgãos competentes para a prestação dos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;

**XVIII -** Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade fiscal, regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**XIX -** Comunicar ao representante do CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**XX** - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na forma do artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

**XXI** - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

**XXII**- Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**XXIII**- Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto do contrato.

### **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**(Artigo 55, VII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA** - Pelo eventual descumprimento dos prazos e condições previstas neste Contrato, no Edital e seus anexos e na proposta, a CONTRATADA se sujeita à aplicação das penalidades ora previstas.

**Subcláusula Primeira** – O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura deste contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, na forma seguinte:

**I** - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 15 (quinze) dias anteriores ao início da execução dos serviços para apresentar os documentos listados na Cláusula Décima Quarta, III, deste instrumento:

a) Até 2 (dois) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;
- c) De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 5% (cinco) por cento) do valor contratado, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;
- d) Atrasos superiores a 10 (dez) dias ou aqueles que, independentemente do tempo prejudique o cronograma definido para as viagens: multa de 6% (seis por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**II - Descumprir, de forma injustificada, os horários definidos para os inícios das viagens de ida e retorno previstos na Cláusula Quarta desta carta-contrato:**

- a) Até 1 (uma) hora: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) Atraso superior a 1 (uma) até 3 (três) horas: multa de 4% (quatro por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) Atraso superior a 3 (três) horas: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- d) Atraso superior a 4 (quatro) horas: multa de 6% (seis por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**III - Descumprir, de forma injustificada, os prazos máximos de 02 (duas) horas para substituir motoristas, prestar socorro imediato em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem ou fazer a devida substituição do veículo contratado por outro que atenda as especificações:**

- a) Até 1 (uma) hora: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- b) Atraso superior a 1 (uma) até 3 (três) horas: multa de 4% (quatro por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;
- c) Atraso superior a 3 (três) horas: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

d) Atraso superior a 4 (quatro) horas: multa de 6% (seis por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**IV - Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:**

a) Primeiro descumprimento: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 4 (quatro) descumprimentos: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor do contrato;

d) Mais de 4 (quatro) descumprimentos: multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**Subcláusula Segunda** - Nos termos do artigo 7º da Lei 10.520/02 e do artigo 49 do Decreto 10.024/2019, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, sujeitar-se-á à penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e será descredenciada do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF por igual período, sem prejuízo das multas previstas em edital e na contratação e das demais cominações legais, a LICITANTE que:

a) Convocada dentro do prazo de validade de sua proposta não assinar o contrato;

b) Deixar de entregar documentação exigida no edital;

c) Apresentar documentação falsa exigida para o certame;

d) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;

e) Não mantiver a proposta;

f) Falhar na execução do contrato;

g) Fraudar na execução do contrato;

h) Comportar-se de modo inidôneo;

i) Cometer fraude fiscal; e

j) Fizer declaração falsa.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Terceira** - Pela inexecução total ou parcial do objeto desta carta-contrato, o CONTRATANTE poderá, nos termos do artigo 87 da Lei 8.666/1993, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

**I** - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**II** - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;

**III** - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**V** - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

**Subcláusula Quarta** - Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, outros descumprimentos injustificados da contratada capazes de prejudicar ou inviabilizar o cumprimento dos horários previstos para o início das viagens, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

**Subcláusula Quinta** - As sanções previstas neste instrumento podem ser cumuladas entre si e com as demais previstas na legislação correlata e outras previstas no Edital.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Sexta** - As multas e demais sanções previstas, não eximem a CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração CONTRATANTE e a terceiros;

**Subcláusula Sétima** - A recusa injustificada do cumprimento das obrigações previstas nesta seção, caracterizará a inexecução total deste instrumento.

**Subcláusula Oitava** - Caracterizada a inexecução parcial ou total da obrigação, poderá a Administração rescindir este instrumento e aplicar à CONTRATADA as demais penalidades previstas no Art. 87 da Lei 8.666/93;

**Subcláusula Nona** - Previamente à aplicação de multas moratórias, sendo primária a CONTRATADA e desde que presentes os requisitos definidos na IN TRE/RO n. 004/08, a Administração poderá aplicar somente a penalidade de Advertência.

**Subcláusula Décima** - Na aplicação das penalidades previstas, a Administração analisará os aspectos e requisitos traçados pela IN TRE-RO n. 004/08, podendo, diante da reiteração em descumprimentos das obrigações contratuais, aplicar de imediato as penalidades mais severas.

**Subcláusula Décima Primeira** - O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas, gerando custos em virtude de eventual aquisição ou contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (Acórdão TCU nº 567/2015-Plenário).

**Subcláusula Décima Segunda** - O valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA deverá ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União – GRU, à Conta Única do Tesouro Nacional,



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data da intimação feita pelo CONTRATANTE.

**Subcláusula Décima Terceira** - Caso o valor da multa ou condenação eventualmente aplicada à CONTRATADA não seja quitado no prazo acima, deverá ser automaticamente descontado da fatura a que fizer jus, atualizado pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic para títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (Art. 29 e 30 da Lei 10.522/2002 e Acórdão TCU n. 1.603/2011).

**Subcláusula Décima Quarta** - Caso o valor do pagamento a que fizer jus a CONTRATADA não seja suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Quinta** - De igual modo, caso a CONTRATADA não tenha nenhum valor a receber deste Tribunal, o valor das penalidades aplicadas deverá ser recolhido pela CONTRATADA através de GRU à Conta Única do Tesouro Nacional, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na DAU (Lei 6.830/80 e art. 6º da Instrução Normativa 05/2009/TRE-RO).

**Subcláusula Décima Sexta** - No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - CADIN (Art. 2º, § 2º da Lei 10.522/02).

**Subcláusula Décima Sétima** - Caso a CONTRATADA não recolha o valor informado na GRU no prazo estabelecido neste instrumento, o valor da multa será corrigido pela taxa SELIC e será providenciada a inscrição do



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

débito na DAU (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01) ou no CADIN.

**Subcláusula Décima Oitava** - Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na DAU ou no CADIN, poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE-RO – CAI2.

**Subcláusula Décima Nona** - A CONTRATADA se submete às sanções deste instrumento, não a eximindo das responsabilidades que lhe são cometidas pela legislação em vigor, sem prejuízo da aplicação das demais penalidades previstas na Lei n. 8.666/93, apuradas mediante o devido processo legal.

**Subcláusula Vigésima** – O procedimento para aplicação de sanções à CONTRATADA observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>.

**Subcláusula Vigésima Primeira**- Da aplicação de penalidades sempre caberão recursos ou pedido de reconsideração, com procedimento disciplinado pela referida Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008.

**DA RESCISÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 55, VIII e IX, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA** - A presente Carta-Contrato poderá ser rescindida de pleno direito, por inexecução de quaisquer das obrigações estipuladas, sujeitando a CONTRATADA, a exclusivo juízo do CONTRATANTE, à indenização dos prejuízos que resultarem da paralisação dos serviços e demais consequências previstas na seção “Das Penalidades” deste instrumento.

**Subcláusula Primeira** – A rescisão contratual poderá ser:



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- a) Por ato unilateral e escrito da administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII, XVII e XVIII do artigo 78 da Lei 8.666/93;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo nos autos respectivos, desde que haja conveniência da Administração CONTRATANTE; e
- c) Judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

**Subcláusula Segunda** – Nos termos do Art. 2º, V c/c o Art. 3º da Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 7, de 18 de outubro de 2005, constitui também causa de rescisão contratual a contratação pela CONTRATADA, na vigência da contratação, de empregados, bem como a admissão em seu quadro societário de pessoas, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal.

**Subcláusula Terceira** – A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 79 acarretará as consequências previstas no art. 80, inciso IV, da Lei n. 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações previstas no mesmo diploma legal.

**Subcláusula Quarta** - Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

**DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

**(Artigo 65 e §§ da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA** – Esta Carta-Contrato poderá ser alterada unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Primeira** – Os preços permanecerão, em regra, invariáveis durante a vigência contratual. Excepcionalmente, porém, o valor deste instrumento poderá ser revisto, consoante dispõe o inciso II, “d”, do Art. 65 da Lei 8.666/93, cabendo à CONTRATADA o ônus da comprovação, de maneira robusta e suficiente, não sendo aplicável a requisições já efetuadas e serviços já realizados.

**Subcláusula Segunda** – A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, nos termos do § 1º, do art. 65, da lei 8.666/93.

**Subcláusula Terceira** – Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite acima estabelecido, salvo no caso de supressão resultante de acordo entre as partes, conforme prevê o § 2º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Quarta** – A CONTRATADA se obriga, ainda, a aceitar, no que for aplicável, as demais regras estabelecidas pela Lei 8.666/93 para as alterações dos contratos administrativos.

**Subcláusula Quinta** – Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão na revisão desta contratação, para mais ou para menos, conforme o caso, nos termos do § 5º do Art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sexta** – Havendo alteração unilateral da contratação que aumente os encargos da CONTRATADA, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

**Subcláusula Sétima** – Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades.

**DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**(Lei Geral de Proteção de Dados n. 13.709/2018)**

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA** – Quanto à proteção de dados pessoais, deverá ser observado o que segue:

I - Os dados digitais envolvidos na presente contratação e suas aplicações estão sujeitos ao cumprimento da LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), bem como às suas atualizações e regulamentações.

A. Todas as partes envolvidas direta ou indiretamente nesta contratação, seus conselheiros, sócios, diretores, prepostos, funcionários, representados ou terceiros contratados, em comunhão de esforços, se comprometerão a prestar e tomar os serviços ora contratados de acordo com a LGPD.

B. As Partes em questão, na qualidade de Agentes de Tratamento, adotarão todas as medidas necessárias para que as operações realizadas durante a prestação dos serviços contratados respeitem as diretrizes estipuladas pela LGPD, bem como os seus seguintes princípios: da finalidade; adequação; necessidade; livre acesso; qualidade dos dados; transparência; segurança; prevenção; responsabilização; e, prestação de contas.

C. Será assegurado aos titulares dos dados pessoais que, em decorrência do contrato ora instrumentalizado, tenham seus dados tratados pelas partes contratantes, os seguintes direitos:

1. Confirmação da existência do tratamento e acesso aos Dados Pessoais;
2. Correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;
3. Portabilidade dos seus dados pessoais a outro prestador de serviços ou produtos;
4. Eliminação dos Dados Pessoais de sua titularidade, ressalvadas as hipóteses de guarda para cumprimento de obrigação legal ou regulatória; e,
5. A revogação do consentimento para o Tratamento dos Dados Pessoais.

D. No intuito de garantir ao titular os direitos referidos acima, as Partes se comprometem a:

1. Manter total discrição e sigilo relativos às informações uma da outra recebidas e produzidas no decorrer da execução dos serviços ora contratados, comprometendo-se a não as divulgar, nem as fornecer a terceiros que não estejam descritos neste Contrato ou em seus anexos;
2. Tratar os dados pessoais dos titulares de acordo com os termos previstos na legislação, comprometendo-se a recolher, registrar, organizar, consultar ou





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

transmitir tais dados apenas e somente nos casos em que o seu titular tenha dado o consentimento expresso e inequívoco;

3. Tratar os dados pessoais de modo compatível com as finalidades para as quais tais dados tenham sido fornecidos;

4. Conservar os dados pessoais apenas durante o período necessário à execução dos serviços contratados e/ou para atingir a finalidade pretendida, garantindo-se ao seu titular a respectiva confidencialidade;

5. Implementar as medidas técnicas e organizacionais necessárias para proteger os dados contra a destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizado, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito;

6. Em caso de quebra ou suspeita de quebra de segurança que venha a expor, ou poder expor, ilicitamente os dados pessoais tratados, as Partes deverão imprimir seus melhores esforços para tomar todas as medidas cabíveis para investigar e resolver o ocorrido;

7. Garantir o exercício, pelos titulares dos dados pessoais, dos seus respectivos direitos;

8. Assegurar que os seus respectivos colaboradores ou os seus prestadores de serviços externos por si contratados e que venham a ter acesso a dados pessoais no contexto do Contrato cumprem as disposições legais aplicáveis em matéria de proteção de dados pessoais, designadamente, não cedendo ou divulgando tais dados pessoais a terceiros, nem deles fazendo uso para quaisquer fins que não os estritamente consentidos pelos respectivos titulares.

II. Ficam ambas as partes sujeitas às legislações vigentes na data da assinatura deste Contrato, bem como em caso de atualizações futuras;

III. Se, em decorrência de uma ordem judicial ou administrativa emanada por Autoridade Competente, qualquer uma das Partes for obrigada a fornecer quaisquer dados pessoais transmitidos pela contraparte, o respectivo Controlador deverá ser notificado a respeito dentro do prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

IV. As Partes comprometem-se por si, seus sócios, colaboradores e prestadores de serviços a adotar todas as medidas necessárias para garantir que os dados pessoais transmitidos pelo respectivo Controlador não sejam utilizados indevidamente, tampouco sejam alvo de apropriação indébita, roubo ou divulgação a pessoas não autorizadas, de forma que tais medidas devem garantir no mínimo:

1. A destruição dos dados pessoais transmitidos a pedido do Controlador e/ou do respectivo titular;

2. A destruição de todo dado pessoal e/ou informação excedente para as finalidades pretendidas, desatualizada ou errônea;





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3. Registro atualizado do tratamento dos dados pessoais transmitidos pelo Controlador;
4. Registro acerca de qualquer situação que possa vir a pôr em risco os dados pessoais objeto de tratamento, o qual deverá ser apresentado ao respectivo Controlador em prazo não superior a 24 (vinte e quatro) horas;
5. A transferência definitiva dos dados objeto de tratamento, por parte do Controlador, para repositório de sua exclusiva escolha, sem a elaboração de qualquer tipo de cópia ou backup.

V. As Partes assumem a responsabilidade de assegurar e garantir ao respectivo Controlador que todos os seus funcionários e/ou prestadores de serviços que irão ou poderão ter acesso aos dados pessoais transmitidos pelo Controlador têm a obrigação formalizada documentalmente de não tratar tais dados em desacordo com as disposições constantes neste instrumento, garantindo-se ao Controlador o seu pleno e fiel cumprimento.

VI. Caso qualquer uma das Partes, sem incorrer em culpa, venha a ser responsabilizada judicial ou administrativamente por eventuais falhas no tratamento dos dados pessoais realizado pela contraparte, lhe será assegurado o direito de regresso por conta dos prejuízos que experimentar, sendo possível ainda buscar indenização suplementar perante o Poder Judiciário.

VII. Os responsáveis diretos pela segurança dos dados disposta nesta Cláusula, serão:

1. Pela CONTRATADA, o signatário deste contrato, o qual poderá ser futuramente alterado; e
2. Pelo CONTRATANTE, o servidor designado pela Administração do TRE-RO.

### **DA PUBLICAÇÃO**

**(Artigo 61, parágrafo único, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA** – O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento e, se for o caso, de seus aditamentos, no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**(Artigo 55, XII, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA** - À execução do presente instrumento e aos casos omissos, além das disposições previstas no Edital de Pregão respectivo e seus Anexos, aplicar-se-ão o disposto nas Leis ns. 8.666/1993, 10.520/2002, nos Decretos Federais ns. 10.024/2019, 9.507/2018, na Resolução TSE n. 23.702/2022, Manual de Gestão de Contratos da Justiça Eleitoral, Instrução Normativa TRE-RO 04/2008 e, de forma subsidiária, as Leis ns. 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro), Lei n. 13.709/2018 (Geral de Proteção de Dados), e decisões e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU e do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

**Subcláusula Única** - Não se aplica ao objeto do presente instrumento o inciso X do artigo 55 da Lei 8.666/93.

**DO FORO**

**(Artigo 55, § 2º, da Lei 8.666/93)**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA** – Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação desta carta-contrato ou a ela relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem, **CONTRATANTE** e **CONTRATADA**, assim acordados, lavrou-se a presente Carta-Contrato, que após lida e achada conforme, foi assinada por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 27 de setembro de 2022.

--	--



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>LIA MARIA ARAÚJO LOPES</b> Pelo CONTRATANTE	<b>EDCELSON DE FREITAS NOGUEIRA</b> Pela CONTRATADA
Aldací Souza Mota CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha	Luciano da Silva Santos CPF: (dados pessoais suprimidos em cumprimento à Lei 13.709/2018 – LGPD, e à Resolução TSE n. 23.650/2021) Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/09/2022, às 09:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **EDCELSON DE FREITAS NOGUEIRA, Usuário Externo**, em 28/09/2022, às 08:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 28/09/2022, às 08:36, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 28/09/2022, às 09:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0906757** e o código CRC **2C3DEE52**.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **TERMO DE REFERÊNCIA Nº 8/2022 - PRES/DG/COSE**

#### **1 – DA INTRODUÇÃO**

Em atendimento ao disposto no artigo 3º, incisos I a III, da Lei nº 10.520/2002 e nos art. 8º, II do Decreto Federal n. 10.024/2019, Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE/RO e Resolução TSE nº 23.702/2022, elaboramos o presente termo de referência objetivando a contratação de empresa especializada em fretamento/locação de ônibus, tipo rodoviário, com vistas ao atendimento de demanda advinda do Pleito Eleitoral de 2022.

#### **2 – DO OBJETO**

Contratação de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022, no 1º e no 2º turno, se houver.

Conforme itinerários relacionados no quadro abaixo, **serão necessários 06 (seis) ônibus tipo rodoviário, sendo 05 (cinco) com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) lugares e 01 (um) com capacidade para 20 (vinte) pessoas**, com ar condicionado, poltronas reclináveis, apoio para braços e pés, cinto de segurança em cada um dos assentos, bagageiro, padrão rodoviário, em perfeito estado de uso e conservação, toalete pressurizado com isolamento acústico, guarnecido com frigobar abastecido com água mineral tipo copo ou, na ausência desse equipamento, com fornecimento de água mineral gelada.

Os veículos deverão conter todos os acessórios de identificação, segurança e sinalização de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelas normas do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

**Todos os veículos deverão ser disponibilizados com motoristas devidamente habilitados** e documentação regularizada pelos



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

órgãos competentes para a normatização e fiscalização do transporte rodoviário intermunicipal no Estado de Rondônia, abastecidos e com cobertura de seguro para os passageiros a serem transportados.

**Itinerários das viagens:**

<b>ITEM 01</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Cacoal e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	962 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 02</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Pimenta Bueno e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	1.046 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 03</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Alta Floresta D'oeste e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	1.058 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 04</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ariquemes / Buritis e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>KM TOTAL:</b>	666 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 05</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Jaru / Ouro Preto do Oeste e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	672 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 06</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ji-Paraná /Presidente Médici e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	1º a 03/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	820 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	20 Pessoas

**Em caso de 2º turno:**

<b>ITEM 01</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Cacoal e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	962 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 02</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
----------------	---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Pimenta Bueno e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	1.046 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 03</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Alta Floresta D'oeste e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	1058 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 04</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ariquemes / Buritis e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	666 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 05</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ji-Paraná /Presidente Médici e Retorno Itinerário Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	672 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSAGEIROS:</b>	42 Pessoas

<b>ITEM 06</b>	01 (um) VEÍCULO TIPO ÔNIBUS RODOVIÁRIO CONVENCIONAL
<b>ITINERÁRIO:</b>	Porto Velho/ Ji-Paraná /Presidente Médici e Retorno Itinerário





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	Inverso
<b>PERÍODO:</b>	29 a 31/10/2022
<b>KM TOTAL:</b>	820 km aproximadamente (ida e volta)
<b>PASSEGEIROS:</b>	20 Pessoas

### **2.1 DOS VEÍCULOS:**

Os veículos a serem utilizados na execução dos serviços deverão estar limpos tanto interna quanto externamente, devendo ainda ser apresentada a documentação regular e válida prevista neste termo de referência.

Em todas as viagens, a Contratada deverá fornecer o combustível necessário ao fiel cumprimento de cada itinerário especificado.

A empresa vencedora deverá arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços especificados neste termo de referência, tais como: combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, salários, diárias e estadia dos motoristas, taxas de estacionamento, limpeza de veículos, seguros de responsabilidade civil, sinistros e outros.

A empresa deverá garantir o socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem.

Nas hipóteses de avarias ou qualquer outra situação que impeça o veículo fretado de trafegar, a contratada deverá substituir o veículo por outro em perfeitas condições de trafegabilidade e obedecidas as idênticas especificações estabelecidas neste termo de referência.

### **2.2 DOS MOTORISTAS:**

Os motoristas deverão possuir habilitação adequada e regular para a condução dos veículos locados, devendo apresentarem-se devidamente uniformizados e identificados com crachá funcional ou equivalente.

A contratada deverá garantir a seus motoristas o descanso mínimo de 11 horas antes de iniciar o itinerário, em cumprimento ao art. 235-C da CLT.

Quando o trajeto tiver duração estimada superior a 04 (quatro) horas, a contratada deverá disponibilizar mais um motorista por itinerário, perfazendo dois motoristas, para que o motorista usufrua do descanso de 30 (trinta) minutos exigido pelo art. 235-D da CLT.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A contratada deverá substituir imediatamente o motorista em caso de ausência ou outros motivos que impossibilite o seu trabalho de condução do veículo.

### **2.3 DOS ITINERÁRIOS A SEREM CUMPRIDOS:**

As saídas dos veículos especificados nos **itens 01 a 06** do objeto deste termo de referência ocorrerão no **dia 1º/10/2022**, pontualmente às 08 horas da manhã, do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, situado na Av. Tiradentes, n. 3360, bairro Embratel, no município de Porto Velho/RO. Caso haja 2º turno, a saída ocorrerá no **dia 29/10/2022**, no mesmo horário e local.

1. Em cada itinerário de ida ocorrerão paradas nos quartéis da Polícia Militar nas cidades indicadas como ponto de destino, com a finalidade de desembarcar os policiais militares daquela cidade, bem como os materiais necessários.

2. No itinerário da volta será realizado o caminho inverso e ocorrerá a mesma sistemática de paradas nos quartéis da Polícia Militar.

3. Nos retornos de cada itinerário, os veículos deverão estar pontualmente às 08 horas da manhã do **dia 03/10/2022**, e em caso de 2º turno, **dia 31/10/2022**, sempre nos Quartéis da Polícia Militar do município final de linha.

4. Os endereços dos Quartéis da Polícia Militar dos municípios de destino devem ser obtidos com os policiais militares que serão transportados.

A quilometragem total indicada em cada itinerário é estimativa. A empresa deverá considerar em sua proposta financeira os custos com eventuais mudanças de rotas ou quilometragens realizadas acima do previsto. No entanto, não serão ultrapassados os dias de locação definidos neste termo de referência.

Não ocorrerão deslocamentos adicionais dentro das cidades de origem ou destino, apenas o necessário para o embarque e desembarque nos quartéis da Polícia Militar.

### **3 – DA JUSTIFICATIVA**

#### **3.1 DA NECESSIDADE:**

Nas últimas eleições a Polícia Militar do Estado de Rondônia tem reportado a este Tribunal a necessidade de reforçar o policiamento em algumas cidades do interior do Estado, principalmente na região de Ariquemes, Jaru, Ji-Paraná, Cacoal, Vilhena e adjacências, para a realização das atividades das Eleições.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Para atender o deslocamento das tropas militares para o reforço da segurança no interior do Estado, este Tribunal tem-se responsabilizado pela disponibilização do meio de transporte necessário para transportar em torno de 240 policiais militares aos municípios supracitados, uma vez que a Polícia Militar de Rondônia não dispõe dos meios necessários.

Considerando a especificidade do tipo de veículo para o transporte rodoviário de pessoas em longas distâncias, com tráfego por BRs e ROs, este Tribunal também não tem logrado êxito na requisição desse tipo de transporte, via comissões de transporte, razão pela qual obriga-se a contratação do serviço, que precisa ser feito por meio de ônibus fretado, exclusivo para esta finalidade, já que os policiais irão portar armamentos e materiais de campanha de grande porte.

Desta forma, não resta outra alternativa senão a contratação por parte deste Tribunal do serviço de fretamento/locação de 06 (seis) ônibus tipo rodoviário para garantir a segurança integral para a realização do Pleito Eleitoral de 2022 no Estado de Rondônia, objeto do presente Projeto Básico.

### **3.2 DA QUANTIDADE DE VEÍCULOS DEMANDADOS:**

De acordo com experiência vivenciada nas eleições anteriores e o levantamento da necessidade por parte do comando da Polícia Militar, será necessário o fretamento/locação de 06 (seis) ônibus, do tipo rodoviário convencional, para transportar em torno de **201 (duzentos e um) policiais**, conforme quadro abaixo que indica as localidades e respectivo efetivo a ser transportado:

<b>LOCALIDADES</b>	<b>QUANTIDADE DE POLICIAIS MILITARES A SEREM TRANSPORTADOS</b>
Cacoal	34
Pimenta Bueno	42
Alta Floresta D'oeste	33
Ariquemes e Buritis	40
Jaru e Ouro Preto do Oeste	38
Ji-Paraná e Presidente Médici	14



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>TOTAL</b>	<b>201</b>
--------------	------------

### **3.3 DA DEFINIÇÃO E ESCOLHA DA SOLUÇÃO:**

Verificou-se que a aquisição de passagens rodoviárias em linhas normais de ônibus não atenderia a esta necessidade, pois os policiais militares transportarão grande quantidade de armamentos e munições, além de armas longas e de grosso calibre, bem como outros materiais de proteção, segurança e de apoio. Desta forma, a opção pelo fretamento/locação dos ônibus é a mais viável e eficaz.

Considerando que os itinerários possuem grandes percursos, pois transportarão policiais militares às localidades distantes da capital, faz-se necessário a opção pelo ônibus rodoviário com as especificações descritas neste TR, visto que são mais confortáveis e próprios para viagens de longa distância, além de possuírem mais assentos (em média 46 lugares), o que exigirá uma quantidade menor de veículos a serem contratados.

Além disso, o ônibus rodoviário especificado é um modelo econômico disponível no mercado e são habilitados e autorizados pelos órgãos competentes a realizarem transporte de passageiros em rodovias federais e estaduais (intermunicipais). Diferente dos tipos executivo ou leito que possuem uma quantidade menor de assentos e seus custos de fretamento/locação são mais elevados, pois possuem itens de conforto desnecessários, nesse caso.

Pelo mesmo motivo de percorrer longas distâncias, verifica-se também a necessidade de todos os veículos possuírem banheiros, evitando assim paradas desnecessárias e garantindo o conforto mínimo para os passageiros.

Ademais, devido ao clima de nossa região e as atuais temperaturas elevadas (34° a 39° graus) experimentadas diariamente, será necessário que todos os veículos sejam equipados com ar condicionados e guarnecido com frigobar abastecido com água mineral (tipo copo) ou, na ausência desse equipamento, com fornecimento de água mineral gelada, entendendo também que se trata de conforto mínimo para viagens desta natureza.

Por fim, as demais exigências e características desta pretensa contratação se justificam pela manutenção da segurança e integridade de todos os passageiros.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **3.4 DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO:**

Com relação ao planejamento e a objetividade, de observância obrigatória, nos termos do art. 2º da Instrução Normativa 04/2008 deste Tribunal, este instrumento leva em consideração as necessidades reais e imediatas, além de fornecer à Administração os elementos necessários ao adequado planejamento administrativo, financeiro e orçamentário.

Além disso, a prestação do serviço de fretamento dos veículos, ora pretendido, objetiva o cumprimento de iniciativa estratégica expressa no Plano de Ações Estratégicas deste Tribunal, consistente na implantação do Projeto de Segurança das Eleições 2022, o qual se alinha ao Macrodesafio SOCIEDADE - GARANTIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS, dentre os quais se destaca o direito à segurança, previsto no artigo 5º da Constituição Federal, por meio da manutenção da ordem pública no dia da eleição nos locais de votação com o reforço de policiais militares nos municípios com histórico de ocorrência de crimes eleitorais e perturbação da ordem.

### **4 - DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:**

De acordo com o art. 6º da IN nº 001/2010-SLTI/MPOG, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na contratação de execução de serviços pela Administração Pública Federal direta, a Administração Pública pode exigir critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de materiais e contratação de serviços.

Pela natureza dos serviços está sendo exigido da empresa contratada o cumprimento das normas de proteção ambiental relativas à poluição sonora e atmosférica estabelecidas pela Lei Complementar Estadual de Rondônia n. 366/2007. Esses requisitos são verificados pelos órgãos responsáveis pela fiscalização dos serviços quando da inspeção para fins de obtenção Certificado de Inspeção Técnica do Veículo - CIVT expedido pelo Departamento de Estrada de Rodagem de Rondônia - DER-RO ou do Laudo de Inspeção Técnico - LIT para veículos com mais de 15 anos de fabricação, expedido pelas empresas credenciadas pelos órgãos de trânsito.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**5 – DO PREÇO ESTIMADOS DOS SERVIÇOS**

Considerando a Pesquisa de Mercado 10/2022, aplicada pela Cose, estima-se o valor do objeto do presente TR com base nos preços médios apresentados para cada item, totalizando R\$ 150.336,60 (cento e cinquenta mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), conforme quadro demonstrativo abaixo:

<b>PESQUISA DE PREÇOS</b>			
<b>ITEM</b>	<b>NOGUEIRA &amp; TERRA LTDA - ME (<a href="#">0874949</a>)</b>	<b>DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME (<a href="#">0875656</a>)</b>	<b>Média</b>
1	R\$ 14.430,00	R\$ 13.275,00	<b>R\$ 13.825,50</b>
2	R\$ 15.630,00	R\$ 14.434,80	<b>R\$ 15.032,40</b>
3	R\$ 15.870,00	R\$ 14.600,40	<b>R\$ 15.235,20</b>
4	R\$ 9.990,00	R\$ 9.190,80	<b>R\$ 9.590,40</b>
5	R\$ 10.080,00	R\$ 9.273,60	<b>R\$ 9.676,80</b>
6	R\$ 12.300,00	R\$ 11.316,00	<b>R\$ 11.808,00</b>
<b>SUBTOTAL 1º TURNO</b>	<b>R\$ 78.300,00</b>	<b>R\$ 72.090,60</b>	<b>R\$ 75.168,30</b>
<b>SUBTOTAL 2º TURNO</b>	<b>R\$ 78.300,00</b>	<b>R\$ 72.090,60</b>	<b>R\$ 75.168,30</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 156.600,00</b>	<b>R\$ 144.181,20</b>	<b>R\$ 150.336,60</b>

Em caso de segundo turno, este valor se repetirá. Dessa forma, o valor estimado será de R\$ 150.336,60 (cento e cinquenta mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos).

Registra-se que somente responderam à pesquisa de preços as mesmas empresas que responderam à pesquisa anterior ([0821065](#) e [0821067](#)). Assim, reputamos desnecessário aguardar outras respostas, tendo em vista a exiguidade do prazo até a data estipulada para a execução dos serviços a serem contratados.

**6. DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A contratação dos serviços objeto deste instrumento está prevista no planejamento orçamentário das eleições deste órgão para o exercício de 2022, conforme demonstrado no quadro abaixo:

FONTE ORÇAMENTÁRIA				
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano	
			2022 (R\$)	2023 (R\$)
Pleitos Eleitorais	Locação de ônibus para transporte de policiais nas segurança das eleições - 1º Turno	FUN LOCVEI1	R\$ 75.168,30	-
Pleitos Eleitorais	Locação de ônibus para transporte de policiais nas segurança das eleições - 2º Turno	FUN LOCVEI2	R\$ 75.168,30	-
Total por exercício financeiro			<b>R\$ 150.336,60</b>	-

## **7 - DO CERTAME LICITATÓRIO**

### **7.1 DA DIVISÃO DO OBJETO EM ITENS:**

Entende-se que a divisão do objeto em itens individuais, composto por cada uma das viagens, é o critério que melhor atende com racionalidade e economicidade a presente contratação. Isso porque a junção de todas as viagens (itens) em um único lote poderá restringir a participação dos potenciais interessados na medida em que apenas as empresas que possuam TODOS os 6 (seis) ônibus disponíveis poderiam participar do certame. Já a divisão em itens individuais formado por cada uma das viagens ampliará a participação no certame também com a presença de empresas com menor estrutura operacional.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, a possível redução de preços com a economia de escala (conceito econômico cujo significado é a possibilidade de reduzir o custo médio de um determinado produto/serviço pela diluição dos custos fixos em um número maior de unidades produzidas ou prestadas) não ficará prejudicado já que empresas com maior estrutura operacional poderão cotar todos os itens e, assim, repassar a eventual redução dos custos em sua proposta.

Além disso, a sistemática adotada dá cumprimento à Súmula 247 do TCU, abaixo reproduzida:

***Súmula 247:** É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.*

### **7.2 DA INAPLICABILIDADE DO REGIME DE EXCLUSIVIDADE NA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NO CERTAME:**

Embora os valores individuais estimados para os itens da contratação pretendida não excedam R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), situação que poderia garantir a exclusividade de participação no certame de microempresas e empresas de pequeno porte, na forma do estabelecidos pelo art. 48, I, da LC 123/2006 e pelo art. 9º, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015 **entende-se que essa opção não atende com racionalidade e economicidade esta contratação.**

Primeiro porque a pesquisa de preços, baseada em cotações de ME e EPP, revelou um mercado bastante restrito para o fornecimento dos serviços, situação que por si só afasta a exclusividade com fundamento no art. 49, II, da LC 123/2006 e pelo art. 10, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

**Segundo** porque a regulamentação aplicada aos serviços (Lei Complementar de Rondônia nº 366, de 06/02/2007 (DOE RO de 23/2/2007)), não veda que empresas que prestem serviços regulares de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros também atuem no



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

fretamento eventual de veículos. Tais empresas possuem categoria econômica superior a ME e EPP. Assim, a exclusividade impediria a participação desse importante segmento de empresas, situação que, ao restringir o universo de competidores - já reduzido na forma comprovada pela pesquisa de mercado - certamente prejudicará o caráter competitivo do certame.

### **7.3 ADOÇÃO DA MODALIDADE DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

Trata-se serviços comuns, posto que os padrões de desempenho e qualidade estão objetivamente definidos neste termo de referência por meio de especificações usuais no mercado e, ainda, com a exigência de cumprimento **padronizado** a todos os licitantes da legislação sobre eles aplicáveis. Por tal motivo, é possível afirmar que não haverá aferição de outros fatores que possam influenciar no preço final dos serviços. Dessa forma, deverá ser adotada a modalidade de pregão eletrônico prevista no art. 1º da Lei nº 10.520/2002, na forma de execução INDIRETA, do tipo menor preço por item.

### **7.4 DOS CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA:**

A proposta de preços deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos inerentes à prestação dos serviços para os quais a licitante está ofertando proposta.

No preenchimento da proposta, a licitante deverá informar o valor de cada item considerando o serviço completo, com todos os elementos necessário à total e fiel execução.

O critério de aceitação da proposta será o **MENOR PREÇO** de cada item, atendidas todas as condições estabelecidas.

Deverá declarar na proposta, assinada pelo representante legal da empresa licitante, **DECLARAÇÃO** contendo os seguintes elementos:

1- que atenderá a todas as especificações e condições previstas no edital e os requisitos legais e regulamentares para a execução dos serviços objeto da contratação;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2- que todos os ônibus que serão disponibilizados para a realização dos percursos para o qual está apresentando proposta atendem a todas as especificações e condições definidas no edital do certame;

3- que apresentará, previamente ao início dos serviços, o documento de autorização para as viagens expedida pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO);

4- que está ciente que para a expedição para autorização das viagens, deverá comprovar junto ao Poder Concedente:

a. que todos os ônibus que serão disponibilizados para a realização dos percursos possuem Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos - CRLV atualizados;

b. que, caso o veículo não seja de propriedade da licitante, deverá apresentar o contrato de arrendamento do veículo, comprovando que detém a posse e é a responsável legal pelo veículo apresentado para a execução do serviço.

c. que todos os ônibus que serão disponibilizados para a realização dos percursos possuem Certificado de Inspeção Técnica do Veículo – CITV emitido pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO) ou do Laudo de Inspeção Técnica - LIT atualizado expedido pelas empresas credenciadas pelos órgãos de trânsito, quando se tratar de veículos com mais de 15 anos de fabricação;

d. que todos os motoristas que irão conduzir os veículos nos trajetos de ida e volta possuem habilitação especial para a condução de veículos de passageiros em viagens intermunicipais;

e. que todos os motoristas na direção dos veículos possuem vínculo empregatício com a licitante, salvo por motivo de força maior devidamente autorizado pelo DER-RO (Art. 40, 2º, da Lei Complementar de Rondônia nº 366, de 06/02/2007 (DOE RO de 23/2/2007), com a redação da Lei Complementar de Rondônia nº 398, de 05/12/2007, DOE RO de 06.12.2007);

f. que deverá apresentar comprovante de apólice regular válida de Seguro de Responsabilidade Civil – SRC, sem prejuízo da cobertura do seguro obrigatório de danos pessoais (DPVAT), a que se refere a Lei Federal nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974 (Art. 55, da Lei Complementar de Rondônia nº 366, de 06/02/2007 (DOE RO de 23/2/2007)).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**5- que está ciente que a não apresentação, após a assinatura do contrato e até, no máximo, 15 (quinze) dias anteriores ao início da execução dos serviços, do documento comprobatório da autorização para as viagens, expedida pelo Poder Concedente, impede a execução dos serviços, caracteriza a inexecução total do contrato e enseja a aplicação de todas as sanções previstas na legislação e no instrumento contratual.**

### **7.4.1 DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO:**

#### **I - Da habilitação jurídica e fiscal:**

Não havendo documentação específica, a habilitação jurídica e regularidade fiscal será de acordo com as regras costumeiras do edital.

#### **II - Da qualificação técnica:**

Com vistas a aferir a capacidade técnica-operacional dos licitantes, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) No mínimo 01 (um) Atestado de Capacidade Técnico-Operacional, em nome da empresa, comprovando a realização de **serviços de fretamento de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) lugares**, compatíveis com aqueles para os quais a licitante está ofertando proposta.

a.1) Em relação ao item 6, o Atestado de Capacidade Técnico-Operacional deverá comprovar a realização de **serviços de fretamento de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, com capacidade mínima de 20 (vinte) lugares**, compatíveis com aqueles para os quais a licitante está ofertando proposta.

Os atestados poderão ser provenientes de pessoa jurídica de direito público ou privado. Tratando-se de pessoa jurídica de direito público deverão identificar e conter a assinatura do agente público responsável por sua emissão. Tratando-se de pessoa jurídica de direito privado deverão identificar e conter a assinatura do representante legal da emitente, estando as informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade durante o certame licitatório.

A licitante **poderá** apresentar os atestados provenientes de pessoa jurídica de direito privado com reconhecimento de assinatura em cartório e comprovação de que o signatário é representante legal da emitente através de apresentação do contrato social e procuração se for o caso, a fim de evitar diligências durante a fase de habilitação técnica.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Certificado de registro válido e regular da empresa, expedido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO) para realizarem viagens intermunicipais ou interestaduais, em regime de fretamento;

### **7.5 DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

Deverá ser exigido dos licitantes:

Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Extrajudicial, expedida pelo setor de distribuição do foro onde fica a sede da pessoa jurídica;

Caso seja positiva a certidão de recuperação judicial ou extrajudicial, o pregoeiro exigirá que a licitante apresente a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação.

A licitante em recuperação judicial ou extrajudicial, com plano de recuperação judicialmente acolhido, deverá, ainda assim, comprovar todos os demais requisitos de qualificação econômico-financeira previstos no edital e seus anexos.

## **8 - DO CONTRATO**

### **8.1 PROCEDIMENTOS PRÉVIOS À ASSINATURA DO CONTRATO:**

No ato da assinatura do contrato a licitante vencedora deverá apresentar regularidade, podendo usar o sistema unificado do **SICAF** e, caso não comprove, deverá exhibir, no prazo fixado para sua assinatura, certidões comprovando a regularidade de Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Verificada a conformidade dos documentos exigidos, a Administração disponibilizará por e-mail um canal eletrônico de comunicação de dados (link) para que a CONTRATADA realize seu cadastramento no Sistema Eletrônico de Informações – SEI do TRE-RO;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Na eventualidade de problemas na utilização do SEI, a Administração contratante remeterá, por e-mail, arquivo digital contendo o inteiro teor do contrato para impressão, assinatura e devolução direta ou via postal. Nessa situação, contar-se-á o prazo de 02 (dois) dias úteis a partir da data de confirmação de recebimento do e-mail pela CONTRATADA;

Realizado o cadastramento no SEI, a Administração disponibilizará um canal eletrônico de comunicação de dados (link), contendo o inteiro teor do termo de contrato para assinatura eletrônica. O prazo de 2 (dois) dias úteis para assinatura será contado da data da efetiva disponibilização do instrumento no SEI;

O descumprimento injustificado da Adjudicatária das obrigações estabelecidas neste item implicará na decadência do direito à contratação, situação em que os demais licitantes serão chamados, na ordem de classificação, para fazê-lo nas condições de suas respectivas ofertas, sujeitando-se o inadimplente às penalidades de multa de 10% (dez por cento) incidente sobre o valor adjudicado (**art. 7º da Lei nº 10.520/2002 - Não celebrar o contrato**).

### **8.2 REGRAS GERAIS DO CONTRATO:**

À relação contratual, além das disposições previstas no Edital de Pregão, aplicam-se as normas da Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93, a Instrução Normativa TRE/RO nº 004/08 - ou outra norma do TRE/RO que venha a substituí-la ou alterá-la; a legislação expedida pelos poderes públicos concedentes federal e estadual do setor de transporte coletivo rodoviário intermunicipal e supletivamente, a Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), e, por fim, as regras gerais do Código Civil Brasileiro.

Integrarão o contrato, para todos os efeitos legais, este termo de referência, o edital de Pregão e seus Anexos e a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

Com a assinatura do contrato a adjudicatária se obriga a realizar o objeto da licitação nas condições, preços e prazos estabelecidos pelas regras contratuais, no edital de Pregão - com seus anexos - e na sua proposta, sob pena da aplicação das sanções legais, editalícias e contratuais.

### **8.3 DA GARANTIA CONTRATUAL:**

Segundo Marcal:

A Lei remete à discricionariedade da Administração a exigência da garantia. Deverá ser exigida apenas nas hipóteses em que se faça necessária. Quando inexistirem riscos de lesão ao interesse estatal, a





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Administração não precisará impor a prestação de garantia. Mas a exigência da garantia já deverá constar do próprio ato convocatório. Omissa o ato convocatório, a prestação da garantia não pode ser introduzida em momento posterior. É que a prestação da garantia envolve um ônus econômico-financeiro e o licitante necessita conhecer, de antemão, a real extensão de todas as obrigações e custos que recairão sobre ele. **(Marçal - Comentários à lei de licitações e contratos Administrativos - 2ª ed, e-book, baseada na 17ª edição impressa, in Thomson Reuters - Revista dos Tribunais).**

Na presente contratação a garantia poderá cobrir eventuais prejuízos ocasionados na prestação de serviços pelos agentes da CONTRATADA, assegurar o pagamento de eventuais penalidades pecuniárias impostas pela Administração e não quitadas pela CONTRATADA, além de outras situações que justifiquem o acionamento da cobertura.

Dessa forma, deverá a CONTRATADA apresentar, até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

**I** - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

**II** - seguro-garantia;

**III** - fiança bancária.

### **8.4 DA VEDAÇÃO DE SUBCONTRATAÇÃO:**

Pelas características dos serviços que apenas poderão ser prestados pelos responsáveis pelas empresas que possuem Certificado de registro válido e regular da empresa pelo poder concedente, expedido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO), fica vedada a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto do contrato (art. 89 da IN TRE/RO nº 04/2008).

A vedação de subcontratação não impede o arrendamento de veículos de propriedade de terceiros, devidamente comprovado por contrato e sancionado pelo Poder Concedente. Esse vínculo não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais decorrentes do contrato.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **8.5 DAS OBRIGAÇÕES PRELIMINARES DA CONTRATADA:**

Com a assinatura do contrato, deverá a contratada:

**a)** apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato**, a garantia contratual no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93;

**b)** no prazo máximo de **15 (quinze) dias** anteriores ao início da execução dos serviços apresentar os seguintes documentos:

I - Uma lista com a descrição de todos os ônibus que serão utilizados para a realização dos percursos, se possível com fotos externas e internas de cada um deles, comprovando que atendem a todas as especificações e condições definidas, na qual deverá constar o nome de todos os motoristas que farão a condução dos veículos;

II - cópia da autorização para cada uma das viagens, expedida pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO);

III - Indicar o nome, telefone e e-mail de um representante da empresa para atuar como **responsável da empresa com poderes de decisão** para a contínua e necessária solução de problemas relacionados à execução dos serviços, troca de informações, esclarecimentos e resoluções de questões administrativas que eventualmente possam surgir da relação contratual.

O descumprimento injustificado das obrigações descritas neste subitem anterior sujeitará a CONTRATADA às penalidades na forma estabelecidas neste termo de referência e no contrato.

### **8.6. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DE EVENTUAL REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:**

O **prazo máximo estimado de execução dos serviços** objeto do futuro contrato é de 45 (quarenta e cinco) dias, dimensionado de forma a contemplar as datas das viagens em 1º/10/2022 e 29/10/2022 (em caso de 2º turno) e a data de retorno em 03/10/2022 e 31/10/2022 (em caso de 2º turno), na forma do cronograma previsto para os serviços.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

O período de execução exato dos serviços dependerá de qual item a contratada for vencedora da licitação e deverá ser ajustado quando da elaboração do contrato.

O **prazo de vigência** deste contrato será definido pela quantidade de dias entre a assinatura do contrato até o dia 1º de outubro de 2022, acrescido do prazo adicional de 60 (sessenta) dias necessário para finalização das medidas de fiscalização, pagamento e encerramento do contrato.

As datas e os prazos de execução dos serviços **não** admitem alteração ou prorrogação, posto tratar-se de evento certo definido pela Lei das Eleições, sendo que o descumprimento dos prazos trará prejuízos irreparáveis à segurança das Eleições 2022.

Por se tratar de contrato de escopo, com previsão de prestação de serviços por período inferior a 12 meses, não há previsão de reajuste de preços, em nenhuma das modalidades.

Admite-se eventual reequilíbrio na forma e condições previstas pelo art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93.

### **8.7 DAS ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS E QUALITATIVAS DO CONTRATO:**

Havendo necessidade, o contrato poderá ser objeto de alterações nas situações e limites definidos pelo art. 65 da Lei nº 8.666/93.

### **8.8 DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

**II** - Exigir e conferir todos os documentos listados nas OBRIGAÇÕES PRELIMINARES da contratada, manifestando-se por sua regularidade ou notificar a contratada para que os apresente na forma especificada no contrato, sob pena de não autorizar a prestação dos serviços, sem prejuízo da rescisão do contrato e aplicação das penalidades legais e contratuais;

**III** - Reunir-se com a CONTRATADA, sempre que solicitado ou quando julgar necessário para definir detalhes ou esclarecer aspectos relacionados à execução dos serviços;

**IV** - encaminhar à CONTRATADA, em tempo hábil para a obtenção da autorização de viagens junto ao Poder Concedente, lista contendo o nome e o número do Cadastro de Pessoa Física - CPF de cada um dos passageiros que serão transportados nas respectivas viagens;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**V** - Promover o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando à CONTRATADA as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte desta;

**VI** - Notificar a CONTRATADA para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos serviços em desacordo com as regras deste contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

**VII** - Rejeitar, através do fiscal contrato, os serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato;

**VIII** - Receber os serviços, através do fiscal contrato, em caráter definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido no contrato, no prazo previsto no cronograma, certificando as notas Fiscais pela prestação dos serviços;

**IX** - Realizar o pagamento pelos serviços prestados de forma regular;

**X** - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

### **8.8.1 Do Pagamento:**

Os pagamentos dos serviços serão realizados após o retorno de cada viagem, mediante ordem bancária, através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até o 5º (quinto) dia útil contado da data em que a Fatura/Nota Fiscal for atestada pela Comissão de Segurança das Eleições - COSE.

Para fazer jus aos pagamentos, a CONTRATADA deverá comprovar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). Caso haja alguma pendência, o fiscal do contrato notificará a contratada determinando providências de regularização, estabelecendo prazo para tal. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a Nota Fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

Sobre os valores dos serviços serão aplicadas as retenções legais, no que couber, inclusive quanto à legislação Municipal do Imposto sobre Serviços.

Pelos eventuais atrasos de pagamentos, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

A compensação financeira acima prevista será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

### **8.10 DEMAIS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**I** - Cumprir e fazer cumprir todos os prazos, encargos e condições estabelecidas no instrumento de contrato, do edital do certame e da proposta apresentada;

**II** - Participar de reuniões presenciais com a Administração CONTRATANTE ou responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução dos serviços;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - Apresentar todos os documentos e comprovações previstos neste contrato e na legislação aplicável aos serviços;

**IV** - Apresentar os veículos utilizados na execução dos serviços devidamente limpos, tanto a parte externa quanto interna;

**V** - Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução dos serviços, tais como: combustíveis e lubrificantes, despesas com abastecimento, salários, diárias e estadia dos motoristas, taxas de estacionamento, limpeza de veículos, seguros de responsabilidade civil, sinistros e outros.

**VI** - Dimensionar e manter equipe suficiente de motoristas regularmente habilitados para a execução dos serviços objetivando o cumprimento rigoroso dos prazos previstos no contrato, zelando para não gerar qualquer prejuízo à perfeita prestação dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados;

**VII** - Em caso de substituição de qualquer um dos profissionais inicialmente indicados, comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, fornecendo as informações do motorista substituto que deverá atender, no mínimo, os requisitos definidos no contrato;

**VII** - Substituir imediatamente o motorista já escalado para condução dos veículos, em caso de ausência ou outros problemas que impossibilite o seu trabalho de condução do veículo no **prazo máximo de 02 (duas) horas**;

**VIII** - Garantir a seus motoristas o descanso mínimo de 11 horas antes de iniciar o itinerário, em cumprimento ao art. 235-C da CLT e, quando o trajeto tiver duração estimada superior a 04 (quatro) horas, disponibilizar mais um motorista por itinerário, perfazendo 02 (dois) motoristas, para que o motorista usufrua do descanso de 30 (trinta) minutos exigido pelo art. 235-D da CLT;

**IX** - Garantir o socorro imediato, em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem, fazendo a devida substituição do veículo contratado, por outro que atenda as especificações, em situações em que o mesmo não estiver em condições de trafegar, **no prazo máximo de 02 (duas) horas**;

**X** - Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e de acidentes de trabalho decorrentes da execução dos serviços objeto do contrato;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**XI** - Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto desta contratação, salvo a possibilidade de utilização de veículos arrendados, na forma permitida por este contrato;

**XII** - Responsabilizar-se pelos danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do contrato (Art. 70 da Lei nº 8.666/93), não podendo ser arguido para efeito de exclusão de responsabilidade o fato de o CONTRATANTE proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos serviços;

**XIII** - Responsabilizar-se pelo pagamento de todas as taxas, despesas e emolumentos e demais exigências de órgãos competentes para a prestação dos serviços, inclusive responsabilizando-se por todos os ônus decorrentes;

**XIV** - Apresentar, sempre que solicitado, comprovação de sua regularidade fiscal, regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, a Justiça do Trabalho e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

**XV** - Comunicar ao representante do CONTRATANTE, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução dos serviços e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

**XVI** - Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do Contratante, acréscimos ou supressões do objeto da presente contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato, na forma do artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

**XVII** - Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização do CONTRATANTE, prestando todos os esclarecimentos solicitados e acatar as reclamações solicitadas;

**XVIII** - Comunicar por escrito e imediatamente ao contratante a ocorrência – após a assinatura do contrato - de contratação de empregados ou a admissão em seu quadro societário de pessoas que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados a este Tribunal;

**XIX** - Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável aos serviços objeto do contrato.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

### **9 – DAS SANÇÕES**

**9.1** O descumprimento injustificado das obrigações assumidas com a assinatura do contrato, sujeita a contratada à multa, consoante o *caput* e §§ do art. 86 da Lei no 8.666/93, na forma seguinte:

**I** - Descumprir, de forma injustificada, o prazo máximo de 15 (quinze) dias anteriores ao início da execução dos serviços para apresentar os documentos listados no item 8.5. "b" deste termo de referência:

a) Até 2 (dois) dias de atraso: multa de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;

b) De 3 (três) a 5 (cinco) dias de atraso: multa de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;

c) De 5 (cinco) a 10 (dez) dias de atraso: multa de 5% (cinco) por cento) do valor contratado, desde que não prejudique o cronograma definido para as viagens;

d) Atrasos superiores a 10 (dez) dias ou aqueles que, independentemente do tempo prejudique o cronograma definido para as viagens: multa de 6% (seis) por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**II** - Descumprir, de forma injustificada, os horários definidos para os incícios das viagens de ida e retorno previstos no item 2.3 do termo de referência:

a) Até 1 (uma) hora: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;

b) Atraso superior a 1 (uma) até 3 (três) horas: multa de 4% (quatro por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;

c) Atraso superior a 3 (três) horas: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;

d) Atraso superior a 4 (quatro) horas: multa de 6% (seis por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - Descumprir, de forma injustificada, os prazos máximos de 02 (duas) horas para substituir motoristas, prestar socorro imediato em caso de quebras ou acidentes com os veículos em viagem ou fazer a devida substituição do veículo contratado por outro que atenda as especificações:

a) Até 1 (uma) hora: multa de 2% (dois por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;

b) Atraso superior a 1 (uma) até 3 (três) horas: multa de 4% (quatro por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;

c) Atraso superior a 3 (três) horas: multa de 5% (cinco por cento) do valor contratado para o serviço em atraso;

d) Atraso superior a 4 (quatro) horas: multa de 6% (seis por cento) do valor contratado para o serviço em atraso, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total da obrigação.

**IV** - Descumprir, de forma injustificada, as demais obrigações contratuais, após notificação regular expedida pelo fiscal ou gestor do contrato:

a) Primeiro descumprimento: multa de 2% (dois por cento) apurada sobre o valor do contrato;

b) De 2 (dois) a 4 (quatro) descumprimentos: multa de 3% (três por cento) apurada sobre o valor do contrato;

d) Mais de 4 (quatro) descumprimentos: multa de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo caracterizar a inexecução parcial ou total do contrato.

**9.2** Pela inexecução total ou parcial do objeto do contrato, a Administração contratante poderá, garantido o contraditório e a ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA:

**I** - Advertência escrita nas condutas de inexecução parcial das obrigações acessórias do contrato, desde que de pequena monta ou faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretam prejuízo relevante à conclusão do objeto, o qual, a despeito delas, será atendido;

**II** - Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato nas situações de inexecução total ou parcial do objeto do contrato, fixada proporcionalmente à gravidade da inexecução perpetrada pela CONTRATADA;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**III** - Suspensão temporária para participação em licitações com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

**IV** - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade. Esta reabilitação será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração do CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com bases no subitem anterior;

**V** - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Federal por prazo de até 05 (cinco) anos e, sendo o caso, descredenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, por igual período (Art. 7º da Lei 10.520/02).

**9.3** Além dos outros descumprimentos passíveis de sanção, outros descumprimentos injustificados da contratada capazes de prejudicar ou inviabilizar o cumprimento dos horários previstos para o início das viagens, caracteriza a inexecução parcial ou total do contrato com aplicação das penalidades previstas neste termo de referência.

**9.4** Nas condutas de inexecução parcial do contrato ou caracterizadoras de inexecução total das obrigações na forma definida neste termo de referência como também naquelas previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato, poderá a Administração, no exercício de seu juízo de conveniência e oportunidade, decretar a **rescisão do contrato**.

**9.5** O CONTRATANTE poderá reter dos créditos os valores para assegurar o pagamento de indenizações e ressarcimentos devidos pela CONTRATADA, originados em quaisquer descumprimentos injustificados das obrigações assumidas que impossibilitem a prestação dos serviços e que gerem custos em virtude de eventual contratação emergenciais junto a terceiros, sem prejuízo das demais sanções contratuais (**Acórdão TCU nº 567/2015- Plenário**).

**9.6** A multa eventualmente imposta ao CONTRATADO será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus. O valor da multa será corrigido pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC para títulos federais, acumulada mensalmente - até o último dia do mês anterior ao do pagamento - e de 1% (um por cento) no mês de pagamento (**Arts. 29 e 30 da Lei nº 10.522/2002 e Acórdão TCU nº 1.603/2011-Plenário**).



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**9.7** Quando o valor do pagamento a que fizer jus o CONTRATADO não for suficiente para cobrir o montante da multa ou da condenação aplicadas, aquele valor será recolhido ao Tesouro Nacional, devendo o saldo do valor das penalidades aplicadas ser recolhido através de Guia de Recolhimento à União - GRU à Conta Única do Tesouro Nacional no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da notificação do responsável, sob pena de inscrição na Dívida Ativa da União (**Lei nº 6.830/80**).

**9.8** As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.

**9.9** O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO nº 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

## **10 – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

A gestão e fiscalização do contrato serão realizadas pela **Coordenadora da Segurança das Eleições - COSE** ou por quem sua vez fizer, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

A unidade gestora poderá solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO RAMOS ESPICALSKY, Membro(a) da COSE**, em 18/08/2022, às 12:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0880690** e o código CRC **40ECEE3A**.

0000753-26.2022.6.22.8000

0880690v1



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**SOLICITAÇÃO DE CONTRATAÇÃO**

À SAOFC

Senhor Secretário,

Solicito a Vossa Senhoria **autorização** para elaboração do estudo técnico preliminar e do termo de referência/projeto básico para a pretensa contratação/aquisição, conforme segue:

<b>Unidade solicitante:</b>	COSE
<b>Unidade demandante:</b>	COSE
<b>Servidores responsáveis pela elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares e do PB/TR:</b>	Eduardo Ramos Espicalsky



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Objeto:</b>	Contratação de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022.
<b>Quantidade:</b>	7 (sete) veículos.
<b>Plano Anual de Contatação (PAC):</b>	(X) Sim. ( ) Não. Justificativa da necessidade:
<b>Data em que deve ser iniciada a prestação de serviços ou a entrega do objeto:</b>	Outubro/2022

Registra-se que este documento não substitui os Estudos Técnicos Preliminares (ETP) que serão realizados após despacho autorizando a presente Solicitação de Contratação.

Assim, encaminho os autos para análise e deliberação dessa autoridade administrativa.

Respeitosamente,

---

0000753-26.2022.6.22.8000

0801150v2



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO RAMOS ESPICALSKY, Membro(a) da COSE**, em 14/03/2022, às 12:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

---

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0801150** e o código CRC **2CE48213**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)**ETP - PARA PREGÃO ELETRÔNICO.****ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR PARA PREGÃO ELETRÔNICO**

Sr(a). Secretário(a) da SAOFC,

Para cumprimento do [Decreto n. 10.024/2019](#), encaminha-se o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) para apreciação e eventual aprovação de Vossa Senhoria, com os elementos iniciais que integrarão o Termo de Referência para a pretensa contratação.

<b>Unidade solicitante:</b>	<i>COSE</i>
<b>Unidade demandante:</b>	<i>COSE</i>
<b>Servidor ou equipe responsável pela elaboração do projeto básico da contratação:</b>	<i>Eduardo Ramos Espicalsky</i>
<b>Contratação com previsão no Plano Anual de Contratações - PAC?</b>	(x) Sim. <a href="#">0002872-91.2021.6.22.8000</a> ( ) Não. Justificar, de forma sucinta, a razão da não inclusão prévia no PAC.
<b>Houve contratação semelhante em exercícios anteriores?</b>	( ) Não. (Se assinalado, não responder os demais). (x) Sim. ( ) Houve incidentes durante o procedimento de seleção



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>da proposta ou na execução do contrato, ou em ambos?</p> <p>(x) As lições aprendidas estão sendo consideradas neste estudo?</p>
<b>Justificativa:</b>	<p><i>Descrição sucinta da necessidade.</i></p> <p><i>Justificativa da solução apontada no objeto:</i> contratação de serviço de fretamento/locação de 06 (seis) ônibus tipo rodoviário para deslocamento das tropas militares a fim de garantir a segurança integral para a realização do Pleito Eleitoral de 2022</p>
<b>Objeto:</b>  <i>(Descrição do objeto da contratação – observar seu enquadramento na definição de bens e serviços comuns, incluídos os serviços comuns de engenharia, do art. 1º c/c o art. 3º, inciso II, do Decreto n. 10.024/2019: padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado).</i>	<p>Descrição sucinta do objeto: Contratação de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022.</p> <p>Há indicação de marcas?</p> <p>(x) Não.</p> <p>( ) Sim. Justificativa técnica de acordo com o art. 7º, § 5º da Lei n. 8.666/93, inclusive por exigências de padronização (Súmula TCU n. 270).</p> <p>Foi adotada marca de referência?</p> <p>(x) Não.</p> <p>( ) Sim. Justificativa, de acordo com o Acórdão TCU n. 113/2016 – Plenário.</p>
<b>Quantidade:</b>  <i>Estimativa das quantidades (unidades).</i>	<p>Quantidades estimadas: 7 (sete) veículos.</p> <p>Previsão inicial de valores:</p> <p>( ) Não.</p> <p>(x) Sim. Informar: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil</p>





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>reais)</p> <p>Será formado registro de preços?</p> <p>(x) Não.</p> <p>( ) Contratação se enquadra em uma ou mais hipóteses contidas nos incisos do art. 3º do Decreto n. 7.892, de 23 de janeiro de 2013. Apontar os incisos e, depois, justificar no termo de referência.</p> <p>( ) Há previsão de entregas parceladas? Se positivo deverão ser informadas no termo de referência.</p>
<b>Data prevista para o início das entregas ou para a prestação dos serviços:</b>	1º e 2 de outubro de 2022

0000753-26.2022.6.22.8000

0803540v2



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO RAMOS ESPICALSKY, Membro(a) da COSE**, em 18/03/2022, às 15:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0803540** e o código CRC **D0B8AB1E**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

**INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO**

<b>Valor estimado da contratação:</b>	R\$ 150.336,60 (cento e cinquenta mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos).
---------------------------------------	---



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<b>Forma de aquisição:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Licitação.  <input type="checkbox"/> Aquisição direta.
<b>Classificação da contratação:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Aquisições e contratações gerais, <b>EXCETO obras e serviços de engenharia e prestação de serviços com dedicação de mão de obra exclusiva, regulados pela Instrução Normativa SG/ME n. 5, de 26 de maio de 2017.</b>  <input type="checkbox"/> SOLUÇÕES DE TIC (Resolução CNJ n. 182/2013).
<b>Objeto:</b> <i>(Descrição sucinta do objeto que será estimado)</i>	Contratação de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022, no 1º e no 2º turno, se houver.
<b>Servidor ou servidores responsáveis pela estimativa de preços:</b> <i>(indicar também a unidade de lotação)</i>	Servidor 1: Eduardo Ramos Espicalsky, Lotação: ASPLAN
<b>Norma utilizada para a estimativa de preços:</b>	<input checked="" type="checkbox"/> Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020.  <input type="checkbox"/> Outra norma/fonte/critério de pesquisa de preços (JUSTIFICAR):
<b>Critérios:</b>	<b>A cotação de preços observou as condições comerciais praticadas, na forma do art. 4º da IN</b>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

<p><i>(situações específicas de cada objeto)</i></p>	<p><b>SG/ME 73/20.</b></p> <p>( x ) INFORMAR quais condições constaram da cotação: prazos, formas de execução, pagamento, garantias</p> <p>( ) Não houve observação do art. 4º da IN SG/ME 73/20. (JUSTIFICAR):</p>
<p><b>Parâmetros adotados na estimativa de preços:</b></p>	<p><b>I - ASSINALAR quais parâmetros do art. 5º da IN SG/ME 73/20 foram utilizados:</b></p> <p>( ) Inciso I - Painel de Preços;</p> <p>( ) Inciso II - Aquisições e contratações similares de outros entes públicos;</p> <p>( ) Inciso III - Sados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo;</p> <p>( x ) Inciso IV - Pesquisa direta com fornecedores.</p> <p><b>II - A cotação de preços priorizou os parâmetros definidos nos incisos I e II:</b></p> <p>( ) Sim</p> <p>( x ) Não (JUSTIFICAR): Não foi realizada pesquisa de preços em contratações similares no âmbito da Administração Pública por entendermo que a demanda é muito personalizada. O evento escolhido (eleições), o público (policiais), as datas, os horários e os percursos são personalizados e, por isso, não são cotejáveis com outras contratações, visto que esses fatores são preponderantes na formulação dos preços.</p> <p><b>III - Na pesquisa direta com fornecedores foram observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da IN SG/ME 73/20.</b></p> <p>( x ) Sim, todos.</p> <p>( ) Parcialmente ou não observado (JUSTIFICAR):</p> <p>( ) Caso não tenha utilizado a IN SG/ME 73/20</p>



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	DESCREVER os critérios e parâmetros adotados na pesquisa de preços: _____
Metodologia para obtenção da estimativa de preços:	<p>Arts. 6º da IN SG/ME 73/20:</p> <p><b>I - INSERIR no ANEXO I desta Informação o QUADRO com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, lincadas com o número dos eventos no SEI.</b></p> <p>( x ) Não há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p>( ) Há grande variação entre os preços obtidos.</p> <p><b>II - ANALISAR de forma crítica os preços coletados e descritos no Anexo I, em especial, quando houver <u>grande variação</u> entre os valores apresentados (§ 3º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</b> Não houve grande variação. Os preços parecem se aproximar dos praticados no mercado.</p> <p><b>III - Há valores inexequíveis, inconsistentes ou excessivamente elevados?</b></p> <p>( ) Sim, se forem desconsiderados, FUNDAMENTAR (§ 2º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</p> <p>( x ) Não há valores com essas características.</p> <p><b>IV - Após os procedimentos acima, INSERIR NO ANEXO II desta Informação novo QUADRO com os PREÇOS FINAIS ESTIMADOS para a licitação ou contratação direta, as fontes pesquisadas - lincadas com o número do evento no SEI - decorrentes da média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, OU de forma excepcional e justificada abaixo, em número menor, desde que aprovado pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):</b></p>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<b>V - Para esta contratação serão utilizados outros critérios ou métodos?</b> Caso positivo, deverão ser devidamente justificados nos autos pelo gestor responsável e aprovados pela autoridade competente (§ 4º do art. 6º da IN SG/ME 73/20):
<b>Publicação:</b>	<b>Valor estimado é sigiloso:</b>  (x ) Não, PUBLICAR. ( ) Sim (INDICAR O FUNDAMENTO):  <u>Nota:</u> Ainda que se trate de preço com divulgação restrita na fase de publicação do edital da licitação, a publicação dos dados deste formulário ocorrerá após a finalização do certame.

**ANEXO I - PREÇOS OBTIDOS NA PESQUISA**

- **INSERIR QUADRO** com os preços obtidos e as fontes pesquisadas, lincadas com o número dos eventos no SEI.

PESQUISA DE PREÇOS		
ITEM	NOGUEIRA & TERRA LTDA - ME ( <a href="#">0874949</a> )	DESTAK TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME ( <a href="#">0875656</a> )
1	R\$ 14.430,00	R\$ 13.275,00
2	R\$ 15.630,00	R\$ 14.434,80
3	R\$ 15.870,00	R\$ 14.600,40
4	R\$ 9.990,00	R\$ 9.190,80
5	R\$ 10.080,00	R\$ 9.273,60
6	R\$ 12.300,00	R\$ 11.316,00
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 78.300,00</b>	<b>R\$ 72.090,60</b>

**ANEXO II - PREÇOS CONSIDERADOS PARA A ESTIMATIVA FINAL**



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- **INSERIR QUADRO** com os preços considerados para a estimativa final da aquisição ou contratação, as fontes pesquisadas - lincadas com o número do evento no SEI - e o método ou métodos utilizados para obtenção da estimativa (média, mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços):

<b>PESQUISA DE PREÇOS</b>	
<b>ITEM</b>	<b>Média com base nas pesquisas de preços juntadas nos eventos <a href="#">0874949</a> e <a href="#">0875656</a></b>
1	R\$ 13.825,50
2	R\$ 15.032,40
3	R\$ 15.235,20
4	R\$ 9.590,40
5	R\$ 9.676,80
6	R\$ 11.808,00
<b>SUBTOTAL 1º TURNO</b>	<b>R\$ 75.168,30</b>
<b>SUBTOTAL 2º TURNO</b>	<b>R\$ 75.168,30</b>
<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 150.336,60</b>

Concluídos os procedimentos acima, encaminho a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação à SAOFC, acompanhada dos comprovantes de Cotação de Preços, Pesquisa de Mercado e demais fontes de consultas de composição do valor estimado, nos termos registrados neste formulário, bem como o ETP e TR/PB para apreciação e aprovação pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO RAMOS**

**ESPICALSKY, Membro(a) da COSE**, em 18/08/2022, às 12:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0880695** e o código CRC **E798EB83**.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0000753-26.2022.6.22.8000

0880695v3



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000753-26.2022.6.22.8000.

INTERESSADO: Coordenadora da Segurança das Eleições - COSE.

ASSUNTO: Definição da modalidade de licitação e análise do Termo de Referência – Contratação de pessoa jurídica especializada em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, objetivando o transporte de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022 - Análise.

### **PARECER JURÍDICO Nº 139 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

## **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadora da Segurança das Eleições - COSE, que tem como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022, no 1º e no 2º turno, se houver ([0801143](#)).

**02.** Veio ao processo a solicitação da contratação n. 1/22 - COSE, que entre outros elementos aponta que a demanda está inserida no Plano Anual de Contratações - PAC; autorizada pelo Despacho 445/22 da SAOFC ([0801517](#)) que também determinou a elaboração de ETP, termo de referência e Informação conclusiva do valor estimado da licitação.

**03.** Assim, carreu-se ao processo o ETP para pregão eletrônico n. 4/2022 ([0803540](#)), no qual foi registrado que houve contratação semelhante em exercícios anteriores e que as lições





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

aprendidas estão sendo consideradas neste estudo e estimou-se em R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) o valor da contratação.

**04.** Redigida a minuta com as especificações dos serviços pretendidos e as demais regras da contratação ([0810507](#)), o processo foi enviado à SLC, sendo expedida a diversas empresas do ramo a Pesquisa de Mercado n. 9/2022 ([0810984](#) e [0810984](#)), que ao final registrou na Informação n. 34/2022 ([0821069](#)): (...) *Apesar dos esforços empreendidos, obtivemos apenas duas respostas, o que demonstra o desinteresse do mercado em informar seus preços para fins de estimativa. Tal prática é muito comum como estratégia de mercado. Também é importante destacar que a distância entre a cotação (abril/2022) e o evento (09/2022) pode ser um desmotivador, dado o notório e expressivo aumento nos preços dos combustíveis.* Em função desse quadro a própria COSE expediu a nova Pesquisa de Mercado n. 10/2022 ([0874487](#) e [0874488](#)), que logrou a obtenção de mais duas cotações de preços juntadas nos eventos [0874949](#) e [0875656](#).

**05.** Nessa linha foi construída a primeira versão do termo de referência ([0875695](#)), sendo o processo submetido ao Secretário da SAOFC que, por meio do Despacho 1964/22 ([0875776](#)), determinou a continuidade do procedimento.

**06.** Em sua participação no processo o Coordenador da COFC registrou ([0876207](#)):

a) *"Trata-se de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício, conforme demonstrado a seguir, adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro (LC nº 101/2000, art. 16, II, c/c o § 4º, I do mesmo artigo)";*

b) *"Em que pese a previsão de execução de despesas no valor de R\$ 150.336,60 (cento e cinquenta mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), em caso de necessidade de realização do 2º turno das Eleições 2022, registra-se não ser possível a reserva orçamentária desses valores, tendo em vista que as disponibilidades orçamentárias destinadas a realização das Eleições 2022 somente serão objeto de suplementação pelo TSE após a realização do 1º turno, conforme registros na Informação 153 ([0841469](#)) - item 4."*

Assim, veio ao processo a programação orçamentária no valor de **R\$ 75.168,30** (setenta e cinco mil cento e sessenta e oito reais e



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

trinta centavos), referente às despesas previstas para o 1º turno das Eleições de 2022 ([0876259](#)).

**07.** Após larga tramitação e com algumas diligências solicitadas pela Seção de Apoio às Contratações - SAC ([0877392](#), [0878912](#), [0879945](#), entre elas aquela que desaguou na elaboração da Informação conclusiva do valor estimado da licitação ([0880695](#)), essa unidade por fim **concluiu pela regularidade** do Termo de Referência n. 8/2022-COSE ([0880690](#)) para a contratação do objeto por meio de pregão eletrônico ([0880734](#)).

**08.** Veio ao processo, ainda, o ANEXO ÚNICO ao TR, denominado MODELO PADRONIZADO DE PROPOSTA ([0881826](#)), justificado pela COSE como necessário para nele constar as declarações previstas no item 7.4 do TR, evitando-se possíveis desclassificações das propostas por ausência desse requisito e assim afastar o risco de licitação fracassada.

**09.** Dessa forma instruído, aportou o processo para análise desta unidade jurídica. **É o necessário relato.**

## **II – ANÁLISE JÚRIDICA**

### **2.1. Do objeto e da adoção da modalidade do Pregão eletrônico**

**10.** Os requisitos a serem observados na fase preparatória da licitação na modalidade pregão em sua forma eletrônica foram estabelecidos no art. 3º da Lei n. 10.520/2002 c/c no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19.

**11.** Em vista do que disciplinam os referidos artigos, a aprovação dos Termos de Referência é de competência exclusiva da Autoridade competente, de acordo com inciso II, do artigo 14 do Decreto n. 10.024/2019. Cabendo então às Assessorias Jurídicas da Administração o exame e aprovação das minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes, consoante parágrafo único do art. 38 da Lei n. 8.666/93.

**12.** Porém, pelo comando do artigo 11 da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008, forçosa a análise do Termo de Referência n. 08/2022-COSE ([0880690](#)) e seus anexos, por esta Assessoria Jurídica, não obstante a análise de conformidade realizada pela SAC ([0880734](#)). Além disso, deve-se apontar que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos prevê expressamente a atuação do órgão/unidade de assessoramento jurídico da Administração, que realizará controle prévio de



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

legalidade mediante análise jurídica da contratação (**art. 53, caput da Lei n. 14.133/2021**).

**13.** Assim, de acordo com o **art. 3º, XI, 1, do Decreto Federal n. 10.024/19**, na definição do objeto contratual e dos métodos para a sua execução, são vedadas especificações excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, que limitem ou frustrem a competição ou a realização do certame, condição necessária para aferição da licitude da competição.

**14.** Quanto a esse requisito, a unidade demandante registrou na especificação do objeto os seguintes elementos:

### **2 - DO OBJETO:**

Contratação de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022, no 1º e no 2º turno, se houver.

Conforme itinerários relacionados no quadro abaixo, **serão necessários 06 (seis) ônibus tipo rodoviário, sendo 05 (cinco) com capacidade mínima de 42 (quarenta e dois) lugares e 01 (um) com capacidade para 20 (vinte) pessoas**, com ar condicionado, poltronas reclináveis, apoio para braços e pés, cinto de segurança em cada um dos assentos, bagageiro, padrão rodoviário, em perfeito estado de uso e conservação, toailete pressurizado com isolamento acústico, guarnecido com frigobar abastecido com água mineral tipo copo ou, na ausência desse equipamento, com fornecimento de água mineral gelada.

Os veículos deverão conter todos os acessórios de identificação, segurança e sinalização de acordo com o Código de Trânsito Brasileiro e conter todos os equipamentos obrigatórios exigidos pelas normas do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.

**Todos** os veículos deverão ser disponibilizados **com motoristas devidamente habilitados** e documentação regularizada pelos órgãos competentes para a normatização e fiscalização do transporte rodoviário intermunicipal no Estado de Rondônia, abastecidos e com cobertura de seguro para os passageiros a serem transportados.

**15.** Quanto à definição da modalidade de licitação, o Tribunal de Contas da União, considerando o uso de Pregão Eletrônico, assim prescreve:

**Acórdão 2172/2008 Plenário (Sumário)** - A utilização da modalidade pregão é possível, nos termos da Lei nº 10.520/2002, sempre que o objeto da contratação for padronizável e disponível no mercado, independentemente de sua complexidade.

**Acórdão 265/2010 Plenário** - Utilize obrigatoriamente a modalidade pregão para aquisição e/ou contratação de bens e serviços comuns, ou seja, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, conforme regra insita no art. 1º,



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

parágrafo único, da Lei no 10.520/2002, incluindo nessas características os bens e serviços de TI.

(...)

### **16. Já o Manual de Licitações & Contratos do Tribunal de Contas da União – 4ª edição, estabelece:**

Bens e serviços comuns são produtos cuja escolha deve ser feita com base somente nos preços ofertados, por serem comparáveis entre si e não necessitarem de avaliação minuciosa.

(...)

Bens ou serviço será comum quando for possível estabelecer, para efeito de julgamento da proposta, por intermédio de especificações utilizadas no mercado, padrões de qualidade e desempenho peculiares ao objeto. O estabelecimento desses padrões permite ao agente público analisar, medir ou comparar os produtos entre si e decidir pelo melhor preço.

### **17. Como visto, a utilização da via do pregão eletrônico está condicionada às demandas constituídas por objetos comuns, requisito definido pelo **parágrafo único do artigo 1º da Lei n. 10.520, de 17 de julho de 2002**, veja-se:**

(...)

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

### **18. Na mesma linha é a redação do **Decreto Federal n. 10.024, de 20 de setembro de 2019**, que, de igual forma, regulamenta a definição para “bens e serviços comuns”, na qual apenas acresceu a característica de reconhecibilidade das especificações pelo mercado, literalmente:**

Definições

Art. 3º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

...

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

### **19. No caso em tela, os serviços pretendidos estão definidos e detalhados de forma objetiva, a juízo da unidade demandante, por meio das especificações constantes nos capítulos 2 do TR, indicando com clareza os padrões de qualidade exigidas pela Administração para sua execução.**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por sua vez, o enquadramento do objeto como "comum" é apontado pela unidade autora do TR – conhecedora das especificidades dos serviços que se pretende contratar - já que no item 7.3 desse documento indica que o certame licitatório deverá ocorrer por meio de pregão eletrônico justamente por se tratar de um serviço de naturezas comum.

**20.** Na forma do **Acórdão TCU n. 817/2005-Primeira Câmara**, é mesmo faculdade do Administrador aferir se o objeto a ser contratado possui enquadramento de "bem ou serviço de uso comum", apreciando o caso concreto mediante a existência de circunstâncias objetivas constantes da fase interna do procedimento licitatório. Até porque, apenas escapa dessa classificação as obras e os bens e serviços especiais que, por sua alta heterogeneidade ou complexidade técnica, não podem ser considerados comuns, na redação do **Decreto n. 10.024/2019**.

**21.** Assim, considerando que embora tenha sido recentemente publicada a Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), o presente procedimento de contratação foi formatado pelas regras da Lei n. 8.666/93, ainda vigente até o decurso do prazo de dois anos após a publicação do novo regime, ou seja, a Lei n. 8.666/93 está em vigor até 1/4/2023, nos termos do artigo 191 c/c 193 ambos da Lei n. 14.133/2021, tem-se que o valor estimado da contratação de **R\$ 150.336,60** (cento e cinquenta mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), extrapola a situação de dispensa legal e, tratando-se de **serviços comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser **objetivamente** definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (**inciso II do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**) - o que se vislumbra, em tese, no caso em exame - tem-se como imperiosa a adoção da modalidade de **Pregão, em sua forma eletrônica**, em cumprimento ao **art. 1º da Lei n. 10.520/2002** e **§ 1º do art. 21 do Decreto n. 10.024/2019**, salvo comprovada inviabilidade de sua utilização, devidamente justificada pela autoridade nos autos, na forma preconizada pelo **art. 1º, § 4º, do Decreto n. 10.024/2019** (**situação que não foi noticiada neste processo**).

**22.** O edital de licitação - caso aprovada a pretensão pela autoridade superior - deve estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o **art. 4º, X, da Lei n. 10.520/2002** para a contratação do objeto pretendido, o qual deverá ser dar pelo **sob o regime de empreitada por preço unitário, sob a forma de execução indireta, com adjudicação pelo menor preço POR ITEM dos serviços**, na forma indicada no item 7.3 do TR em análise observada, ainda, os critérios de aceitação da proposta descritos no item 7.4 do mesmo documento.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**23.** De notar-se que a unidade demandante **NÃO** sugeriu o modo de **disputa por lances, se aberto ou fechado (art. 31, Decreto 10.024/19)**, nem o **intervalo mínimo de diferença** de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, **elementos que - definidos pelo Pregoeiro de acordo com o objeto especificado e o valor estimado - deverão constar do edital na forma do Parágrafo desse dispositivo regulamentar.**

### **2.2. Do valor estimado da contratação**

**24.** Acerca do valor estimado, é necessário fazer alguns apontamentos. O Tribunal de Contas da União (TCU) orienta sobre o procedimento de aferição do valor a ser utilizado no certame como parâmetro para mensurar o preço aceitável de determinado objeto. Veja-se:

**AC 0265/2010 ATA 05 - PLENÁRIO**- Relator: Ministro RAIMUNDO CARREIRO

[Auditoria. Tecnologia da Informação. Estimativa de preços.]  
[ACÓRDÃO]

**9.1.** determinar à Caixa Econômica Federal - CEF que:  
[...]

**9.1.12.** realize uma detalhada estimativa de preços com base em pesquisa fundamentada em informações de diversas fontes propriamente avaliadas, como, por exemplo, cotações específicas com fornecedores, contratos anteriores do próprio órgão, contratos de outros órgãos e, em especial, os valores registrados no Sistema de Preços Praticados do SIASG e nas atas de registro de preços da Administração Pública Federal, de forma a possibilitar a estimativa mais real possível, em conformidade com os arts. 6º, inciso IX, alínea "f", e 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/97;

**25.** Requisito também exigido pelo **art. 15 do Decreto n. 10.024/2019**, a apuração do valor estimado tem regras próprias definidas por este órgão no documento padronizado denominado **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO (ICSVEL)**, que no caso em análise, foi juntado ao processo no evento [0880695](#). De acordo com registros contidos no campo dos **Parâmetros adotados na estimativa de preços**, a unidade demandante, reprisando o que já informara a SLC ([0821069](#)) anotou:

Não foi realizada pesquisa de preços em contratações similares no âmbito da Administração Pública por entendermo que a demanda é muito personalizada. O evento escolhido (eleições), o público (policiais), as datas, os horários e os percursos são personalizados e, por isso, não são cotejáveis com outras contratações, visto que esses fatores são preponderantes na formulação dos preços.





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

26. Em função dessa realidade, a unidade realizou a estimativa por meio de consulta direta aos potenciais fornecedores dos serviços pretendidos. Quanto a essa metodologia adotada pela COSE pode-se registrar que o próprio documento padronizado da ICSVEL prevê, no item I do campo antes citado, esse procedimento para a estimativa de preços, desde que observados os requisitos listados no § 2º do art. 5º da Instrução Normativa SG/ME n. 73, de 5/8/2020, que diz respeito à divulgação das condições gerais para a prestação dos serviços e, entre outros, a juntada no processo da comprovação do envio efetivo da pesquisa aos fornecedores potenciais, ambos demonstrados neste processo, como já destacado no relatório deste parecer.

27. Em conclusão, a análise das informações extraídas desse documento revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela **IN SG/ME n. 73/2020**, havendo justificativa entendida como plausível para a metodologia adotada para estimar o preço dos serviços que se pretende contratar, **restando, ainda, a devida autorização da autoridade competente.**

### **2.3. Do regime de tratamento diferenciado e simplificado para as ME/EPPS:**

28. Tem-se que o regime de **exclusividade** na participação de microempresas e empresas de pequeno porte ao futuro certame **poderia**, em princípio, ser adotado no certame, haja vista que os valores estimados para cada um dos 12 itens que integram o objeto dos serviços não ultrapassa o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) previsto no caput art. 6º do Decreto n. 8.538/2015. Contudo, no item 7.2 do TR, a COSE defende que: (...) ***essa opção não atende com racionalidade e economicidade esta contratação.*** Assim justifica a medida:

**Primeiro** porque a pesquisa de preços, baseada em cotações de ME e EPP, revelou um mercado bastante restrito para o fornecimento dos serviços, situação que por si só afasta a exclusividade com fundamento no art. 49, II, da LC 123/2006 e pelo art. 10, I, do Decreto Federal nº 8.538/2015.

**Segundo** porque a regulamentação aplicada aos serviços (Lei Complementar de Rondônia nº 366, de 06/02/2007 (DOE RO de 23/2/2007), não veda que empresas que prestem serviços regulares de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros também atuem no fretamento eventual de veículos. Tais empresas





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

possuem categoria econômica superior a ME e EPP. Assim, a exclusividade impediria a participação desse importante segmento de empresas, situação que, ao restringir o universo de competidores - já reduzido na forma comprovada pela pesquisa de mercado - certamente prejudicará o caráter competitivo do certame.

**29.** De fato, as medidas que preveem os tratamentos diferenciados podem ser afastadas caso presentes situações justificantes enumeradas no art. 49 da LC n. 123/2006 e art. 10 do Decreto n. 8.538/15, as quais devem ser demonstradas no processo da licitação. Nesse sentido, parece bastante razoáveis os fatos trazidos ao TR pela COSE, acima reproduzidos, para concluir que a medida **não** atenderia a racionalidade e a economicidade da contratação.

**30.** Assim, tem-se que a situação justificada pela COSE é idônea para afastar o regime de exclusividade na participação de microempresas e empresas de pequeno porte, com fundamento no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/15.

### **2.4. Dos critérios de sustentabilidade**

**31.** Dentro da realidade específica do objeto pretendido, o TR registra no seu capítulo 4, que será exigido da empresa contratada o cumprimento das normas de proteção ambiental relativas à poluição sonora e atmosférica estabelecidas pela Lei Complementar Estadual de Rondônia n. 366/2007. De acordo com o TR, tais requisitos são verificados pelos órgãos responsáveis pela fiscalização dos serviços quando da inspeção para fins de obtenção Certificado de Inspeção Técnica do Veículo - CIVT expedido pelo Departamento de Estrada de Rodagem de Rondônia - DER-RO ou do Laudo de Inspeção Técnico - LIT para veículos com mais de 15 anos de fabricação, expedido pelas empresas credenciadas pelos órgãos de trânsito.

**32.** Atualmente existe previsão legal expressa para implementação das licitações sustentáveis, de acordo com o art. 3º da L. 8.666/93, na redação conferida pela Lei n. 12.349/2020, Nota-se, então, que a observância de critérios sustentáveis nas licitações não é faculdade do gestor, mas sim, imposição constitucional e legal em respeito aos princípios da eficiência, da economicidade e do meio ambiente equilibrado. A discricionariedade do agente público não reside em decidir se deve realizar licitações sustentáveis ou não. Não se trata de dever moral, mas de respeito



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ao princípio da legalidade e da eficiência decorrentes do Estado de Direito. Nesse sentido é o **Acórdão TCU n. 1752/2011 - Plenário**.

**33.** Contudo, deve ser registrado que embora a Administração do TRE-RO esteja comprometida com o estabelecimento de critérios sustentáveis em suas contratações, o TCU admite temperamentos desse regra, posição adotada em sua jurisprudência sobre o assunto, tal como no TC 003.405/2010-09, *verbis*:

*Louvável a preocupação dos gestores em contratar com empresas que adotem em seus processos produtivos práticas responsáveis ambientalmente. [...] a adoção dessas restrições ambientais deve se dar paulatinamente, de forma que os agentes do mercado possam se adaptar a essas novas exigências antes delas vigorarem plenamente. Caso contrário, estar-se-ia criando uma reserva de mercado para as poucas empresas que cumprirem de antemão essas exigências, implicando violação ao princípio constitucional da livre concorrência, maiores custos e reduzidas ofertas de produtos.* (sem destaque no original)

**34.** De notar-se que o Plano de Logística Sustentável – PLS 2020-2025 deste Órgão, instituído por meio da Portaria TRE-RO n. 131/2020 está alinhado com as diretrizes da **Resolução CNJ n. 400/2021** que estabelece, além de práticas **ambientalmente corretas, também aquelas economicamente viáveis e socialmente justas e inclusivas, culturalmente diversas e pautadas na integridade, em busca de um desenvolvimento nacional sustentável**. Assim, andou bem a COSE ao disciplinar exigências ambientais específicas, associadas ao objeto da contratação.

### **2.5 Da garantia contratual**

**35.** Relativamente à **garantia de execução do contrato**, insta frisar que o artigo 56 da Lei n. 8.666/93 permite a autoridade competente, a seu critério, em cada caso, e desde que prevista no instrumento convocatório, exigir prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e compras.

**36.** Conforme registrado no item 8.3 do TR em análise, a unidade técnica aponta a adoção da garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total do contrato, devendo apresentá-la no prazo de até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, na forma e em uma das modalidades estabelecidas no art. 56, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

### **2.6 Da vedação de subcontratação dos serviços**

**37.** O termo de referência **veda** a possibilidade de subcontratação parcial do objeto do futuro contrato, pelas características dos serviços que apenas poderão ser prestados pelos responsáveis pelas empresas que possuem Certificado de registro válido e regular da empresa



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

pelo poder concedente, expedido pela Agência de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Estado de Rondônia (AGERO) ou pelo Departamento de Estradas e Rodagens (DER/RO), aplicando assim a regra do art. 89 da IN TRE-RO n. 04/2008.

**38.** Contudo, registra que a vedação de subcontratação não impede o arrendamento de veículos de propriedade de terceiros, devidamente comprovado por contrato e sancionado pelo Poder Concedente. Esse vínculo não libera a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades legais e/ou contratuais decorrentes do contrato.

**39.** Nota-se que as justificativas trazidas pela COSE encontram-se em consonância com a legislação específica aplicada serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, notadamente na Lei Complementar de Rondônia n. 366, de 06/02/2007 (DOE RO de 23/2/2007), que não veda que empresas que prestem serviços regulares de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros também atuem no fretamento eventual de veículos.

### **2.7. Dos demais elementos do TR**

**40.** O Termo de Referência registra ainda os demais elementos trazidos pelo **art. 3º, inciso XI do Decreto Federal n. 10.024/2019**, a saber:

**a)** a relação dos documentos essenciais à verificação da qualificação técnica (item 7.4.1, II);

**b)** condições de entrega/aceitação do objeto (item 8.8, VIII) e o cronograma de sua execução (item 8.6 c/c os quadros de itinerários do capítulo 2);

**c)** o prazo para execução e vigência do contrato (8.6);

**d)** os deveres do contratado e do contratante (8.8 e 8.10 *sic* );

**e)** as sanções previstas de forma objetiva, suficiente e clara (capítulo 9); e

**f)** os procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato (capítulo 10).

Todos os requisitos citados foram inseridos no documento técnico e seus anexos, motivo pelo qual pode-se afirmar que o TR



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

contempla os elementos essenciais exigidos no referido disposto regulamentar.

### **III – CONCLUSÃO**

#### **41. Pelo exposto, opina esta Assessoria Jurídica:**

I – Considerando o conteúdo do **Termo de Referência n. 008/2022 - COSE** ([0880690](#)), também analisado e considerado regular pela unidade competente ([0880734](#)), composto ainda pelo anexo de proposta padronizada ([0881826](#)) conclui-se que o instrumento parece conter, em sua forma, os elementos essenciais definidos no **inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19**, podendo ser apresentado à autoridade competente para deliberação e eventual aprovação (**inciso II do art. 14** do mesmo regulamento);

II – Pela possibilidade da contratação dos serviços pretendidos, por meio da modalidade licitatória pregão, na sua forma eletrônica, **tipo menor preço POR ITEM**, com fundamento **art. 1º da Lei n. 10.520/2002** e **§ 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19**;

III - De notar-se que a unidade demandante **NÃO** sugeriu o modo de **disputa por lances, se aberto ou fechado** (art. 31, **Decreto 10.024/19**), nem o **intervalo mínimo de diferença** de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, **elementos que - definidos pelo Pregoeiro de acordo com o objeto especificado e o valor estimado - deverão constar do edital na forma do Parágrafo desse dispositivo regulamentar**;

IV - Conforme já apontado nos **itens 24 a 27 deste parecer** a análise das informações extraídas da **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA SOBRE O VALOR ESTIMADO DA LICITAÇÃO** ([0880695](#)) revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela **IN SG/ME n. 73/2020**, havendo justificativa entendida como plausível para a metodologia adotada para estimar o preço dos serviços que se pretende contratar, **restando, ainda, a devida autorização da autoridade competente**;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Também conforme já indicado no **item 6 deste parecer**, há informação da unidade orçamentária do órgão quanto à regularidade da despesa no planejamento orçamentário de 2022, oportunidade em que registrou:

*"Em que pese a previsão de execução de despesas no valor de R\$ 150.336,60 (cento e cinquenta mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), em caso de necessidade de realização do 2º turno das Eleições 2022, registra-se não ser possível a reserva orçamentária desses valores, tendo em vista que as disponibilidades orçamentárias destinadas a realização das Eleições 2022 somente serão objeto de suplementação pelo TSE após a realização do 1º turno, conforme registros na Informação 153 (0841469) - item 4."*

Assim, veio ao processo a programação orçamentária no valor de **R\$ 75.168,30** (setenta e cinco mil cento e sessenta e oito reais e trinta centavos), referente somente às despesas previstas para o 1º turno das Eleições de 2022 (0876259).

Assim, **smj**, deverão os gestores da Administração considerar essa realidade quando da análise e possível autorização da contratação pretendida.

VI – Em função das justificativas que constam do TR em análise, reproduzidas nos **itens 28 a 30 deste parecer**, pelo **afastamento do regime de exclusividade na participação de ME/EPP's**, com fundamento no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/15;

VII - **Aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental**, registrados no capítulo 4 do TR e analisados nos **itens 31 a 36** deste parecer;

VIII - Não havendo registro no TR analisado sobre o tema, entende-se que deva se dar a publicidade ao valor estimado - salvo justificativa superveniente dos gestores - não tendo incidência, portanto, a regra **restritiva** disciplinada no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

**42.** Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

inabilitada regimentalmente para pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

Submete-se à consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, Assessor **Jurídico**, em 19/08/2022, às 19:17, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0881864** e o código CRC **E80F8474**.

0000753-26.2022.6.22.8000

0881864v21



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000753-26.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DE SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES - COSE

ASSUNTO: Contratação de pessoa jurídica especializada em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, objetivando o transporte de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022.

**DESPACHO Nº 1086 / 2022 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Coordenação de Segurança das Eleições - COSE, visando a contratação de pessoa jurídica especializada em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, objetivando o transporte de Porto





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Velho, para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022 ([0801143](#)).

Carreou-se a solicitação de contratação ([0801150](#)); o estudo técnico preliminar para pregão eletrônico ([0803540](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([0880695](#)); e o termo de referência ([0880690](#)), contendo detalhada especificação do objeto, justificativa, critérios de sustentabilidade ambiental, estimativa de preços, critérios de aceitação do objeto, obrigações das partes, pagamento, sanções administrativas e gestão e fiscalização do contrato.

A contratação foi estimada no valor total de R\$ 150.336,60 (cento e cinquenta mil trezentos e trinta e seis reais e sessenta centavos), nos termos do item 5 do TR ([0880690](#)).

A COFC remeteu o feito à SPOF para formalização de programação orçamentária no valor de R\$ 75.168,30 (setenta e cinco mil cento e sessenta e oito reais e trinta centavos), disponível no plano interno FUN LOCVEI1, o que foi cumprido pela unidade técnica ([0876259](#) e [0882788](#)).

Após as diligências cabíveis, a SAC concluiu que o TR, complementado pela pesquisa de preços e demais elementos ao processo, encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo disposto no inciso II do artigo 3º da Lei n. 10.520/2002; art. 3º, inciso XI, do Decreto Federal n. 10.024/2019; e, ainda, às disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 04/2008 ([0880734](#)).

Instada, a AJSAOFC opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade da contratação dos serviços pretendidos, por meio da modalidade licitatória pregão eletrônico, tipo menor preço "por item", com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e § 1º do art. 1º do Decreto n. 10.024/19, observando que a COSE não sugeriu o modo de disputa por lances e nem o intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances; pela regularidade da informação conclusiva sobre o valor estimado; pelo afastamento do regime de exclusividade na participação de ME/EPPs; pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental; pela possibilidade de divulgação do valor estimado para a contratação ([0881864](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do ETP e do TR; pela autorização da despesa, por meio de licitação na modalidade pregão eletrônico, sob o regime de empreitada por preço unitário, sob a forma de execução indireta, por adjudicação pelo menor preço por item dos serviços; pela regularidade da informação conclusiva do





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

valor estimado; pela inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP; pela divulgação do valor estimado da contratação; e pela aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental ([0882776](#)).

Cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 8.666/93, ainda vigente, tendo em vista que a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021 - tem em seu artigo 191 c/c 193 a permissão para a utilização da lei geral de licitações anterior até o decurso do prazo de 02 (dois) anos, contados da data de sua publicação, momento este - 1º/04/2023.

Analisando os autos, verifica-se imperiosa a adoção da modalidade pregão na forma eletrônica, em cumprimento ao art. 1º da Lei n. 10.520/2002 e ao § 1º do art. 21 do Decreto n. 10.024/2019, por se tratar de contratação de serviços definidos como comuns pela comissão demandante. Os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais no mercado e de atestações padronizadas para todos os licitantes.

Consoante observado pela AJSAOFC ([0881864](#)), o edital de licitação deverá estabelecer o tipo de licitação, em conformidade com o que determina o art. 4º, inciso X, da Lei n. 10.520/2002 para a contratação do objeto pretendido, a qual deverá ser dar sob o regime de empreitada por preço unitário, sob a forma de execução indireta, com adjudicação pelo menor preço POR ITEM dos serviços, na forma indicada no item 7.3 do TR e, ainda, os critérios de aceitação da proposta descritos no item 7.4 do mesmo documento.

Além disso, não foi sugerido pela demandante o modo de disputa por lances, nem o intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, elementos esses que - definidos pelo Pregoeiro de acordo com o objeto especificado e o valor estimado - deverão constar do edital na forma regulamentar.

Sobre o valor estimado da contratação que se pretende efetivar, a unidade solicitante lastreou sua estimativa em consulta direta aos potenciais fornecedores dos serviços pretendidos. De acordo com a COSE, não houve pesquisa de preço em contratações similares no âmbito da Administração Pública por se tratar de demanda personalizada, consoante justificativa constante do evento n. [0821069](#). Em análise, a AJSAOFC concluiu que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela IN SG/ME



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

n. 73/2020, havendo justificativa entendida como plausível para a metodologia adotada para estimar o preço.

No que tange ao tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte, tem-se que o regime de exclusividade poderia, em princípio, ser adotado ao certame, haja vista que os valores estimados para cada um dos 12 itens que integram o objeto dos serviços não ultrapassam o limite de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), previsto no *caput* art. 6º do Decreto n. 8.538/2015. Por outro lado, no item 7.2 do TR, a COSE defende que essa opção não atende com racionalidade e economicidade a contratação que se pretende efetivar, justificativa idônea para afastar o regime de exclusividade na participação de ME/EPP, com fundamento no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/15.

Com relação à sustentabilidade, o TR registra no seu capítulo 4, que será exigido da empresa contratada o cumprimento das normas de proteção ambiental relativas à poluição sonora e atmosférica estabelecidas pela Lei Complementar Estadual de Rondônia n. 366/2007. De acordo com o TR, tais requisitos são verificados pelos órgãos responsáveis pela fiscalização dos serviços quando da inspeção para fins de obtenção Certificado de Inspeção Técnica do Veículo - CIVT expedido pelo Departamento de Estrada de Rodagem de Rondônia - DER-RO ou do Laudo de Inspeção Técnico - LIT para veículos com mais de 15 anos de fabricação, expedido pelas empresas credenciadas pelos órgãos de trânsito.

Ante o exposto e os documentos carreados aos autos, com base nas atribuições conferidas pela Portaria n. 66/2018:

1 - aprovo o ETP ([0803540](#)) e o Termo de Referência 8 ([0880690](#)), porquanto possuem os elementos essenciais definidos no inciso XI do art. 3º do Decreto Federal n. 10.024/19;

2 - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [0880695](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Resolução n. 215/2015/CNJ e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 – autorizo a licitação na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, tipo menor preço, por item, com fundamento no art. 1º da Lei n. 10.520/02 e no art. 1º, § 1º, do Decreto n. 10.024/19;

4 – determino a inaplicabilidade do regime de exclusividade às ME/EPP's, na forma prevista pelos incisos I e III do art. 48 da LC n. 123/06, considerando as justificativas apresentadas no item 7.2 do TR;



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5 - determino a aplicabilidade dos critérios de sustentabilidade ambiental, pelos motivos justificados no capítulo 4 do TR; e

6 - determino a divulgação do valor estimado para a contratação, com vistas à obtenção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019;

À SAOFC para continuidade, com vistas à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

**LOPES, Diretora Geral**, em 23/08/2022, às 11:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0882947** e o código CRC **39693ABF**.

0000753-26.2022.6.22.8000

0882947v36



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000753-26.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES

ASSUNTO: Minuta de edital de Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica especializada em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, objetivando o transporte de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022 - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 152 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadora da Segurança das Eleições - COSE, que tem como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022, no 1º e no 2º turno, se houver ([0801143](#)).

**02.** O pleito foi objeto de análise preambular desta Assessoria por meio do Parecer Jurídico n. 139/2022 ([0881864](#)), oportunidade na qual opinou-se, entre outros aspectos, pela contratação por meio de **Pregão Eletrônico**, com fundamento na **Lei n. 10.520/2002** e no **art. 1º, § 1º, do Decreto Federal n. 10.024/19**, sendo **afastado** o regime de exclusividade destinado às ME/EPP's, com fundamento no art. 49, III, da LC n. 123/2006 e art. 10, II, do Decreto Federal n. 8.538/15, e pela **divulgação dos preços estimados**, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

**03.** Pela Manifestação n. 413/2022 ([0882776](#)), o secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade anuiu à autorização da contratação e pelo Despacho n. 1086/2022 ([0882947](#)), da lavra da Diretora-Geral deste TRE/RO, foram aprovados o ETP e o TR 8/2022-COSE e autorizada a licitação nos moldes sugeridos pela AJSAOFC, determinando-se, entre outros comandos, o afastamento do regime de exclusividade às ME/EPP's e a divulgação dos valores estimados para a contratação, nos termos do art. 15 do Decreto n. 10.024/2019.

**04.** Dando continuidade ao procedimento, pelo Despacho n. 2207/2022 ([0887717](#)), o Secretário da SAOFC encaminhou os autos à SLC e SECONT para continuidade.

**05.** Redigida a minuta do futuro contrato ([0887973](#)) e do **Edital do Pregão Eletrônico** com seus anexos ([0888498](#)) o Pregoeiro enviou o processo a esta Assessoria Jurídica para análise ([0888500](#)). **É o necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**06.** Preliminarmente, importante lembrar que a análise a seguir empreendida limita-se aos aspectos legais envolvidos no procedimento em exame, não cabendo a esta unidade jurídica adentrar nos aspectos técnicos e econômicos, nem no juízo de oportunidade e conveniência da contratação pretendida.

**07.** Observa-se que a minuta do edital em tela contemplou as regras gerais e específicas aplicáveis à contratação. Ademais, verificam-se satisfeitos os requisitos da Lei n. 8.666/93, notadamente em seu art. 40 e da Lei n. 10.520/02, esta última regulamentada pelo Decreto Federal n. 10.024/2019, bem como a inserção das demais regras gerais e específicas aplicáveis à licitação, decorrentes da legislação regedora.

**08.** Destaca-se:

a) as informações acerca da aquisição do edital, esclarecimentos e impugnações (capítulo 2);

b) a especificação do objeto pretendido e informação acerca da dotação orçamentária (capítulo 3);

c) o regime de ampla concorrência aplicada ao certame e, ainda, o registro de que as ME/EPP's poderão usufruir o tratamento diferenciado e simplificado previsto na LC 123/2006 (item 4. 2 do edital);

d) A previsão de apresentação de propostas com seus anexos e dos documentos de habilitação (item 5.1.) com o preço total de **cada item** do objeto, de acordo com o item 5.2.1 do edital, com prazo mínimo de validade da proposta de 90 dias (item 5.7);

e) o intervalo mínimo de 0,5% (meio por cento) para o lance, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta (item 7.2) e a adoção do modo de disputa aberto, no qual a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos, de acordo com o item 7.6 do edital;

f) a necessária comprovação da habilitação jurídica, regularidade fiscal e trabalhista e declarações legais, de acordo com os itens 9.1 a 9.4 do edital.

**09.** Assinala-se que, na elaboração do instrumento, especificamente nos subtópicos **10.3**, houve registro de prazo razoável de **02 (duas) horas**, a partir da solicitação pelo pregoeiro, para o envio de toda e qualquer documentação complementar referente à habilitação, nos termos do art. 38, § 2º, do Decreto n. 10.024/2019.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**11.** Constata-se ainda que a minuta do edital é complementada pelos anexos do Termo de Referência (I), da minuta do futuro contrato (II) e do Modelo de proposta e declaração (III).

**12.** Nesse sentido, todos os elementos parecem estar disciplinados de forma regular. Não obstante, sugere-se ao Pregoeiro a revisão do texto do instrumento convocatório, antes de sua publicação, com intuito de corrigir possíveis erros redacionais no seu texto e na sua estrutura.

**13.** No tocante a minuta do futuro contrato, regulador da relação das partes na execução dos serviços, verifica-se que o referido instrumento contratual juntada ao processo no evento [0888498](#), sob o aspecto formal, encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei n. 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação.

### **III – CONCLUSÃO**

**13. Pelo exposto**, para cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA:**

I - A minuta do contrato que regulará os termos da contratação ([0887973](#)), estando apta a produzir os efeitos jurídicos pretendidos.

II - Os termos da minuta do edital e seus anexos ([0888498](#)), estando o instrumento apto a desencadear a fase externa do certame competitivo.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 31/08/2022, às 17:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, **Assessor Jurídico**, em 31/08/2022, às 17:33, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0889676** e o código CRC **F649A09B**.

0000753-26.2022.6.22.8000

0889676v5



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Av. Presidente Dutra, 1889 - Bairro Baixa da União - CEP 76801-976 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000753-26.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES

ASSUNTO: Análise final de processo licitatório - Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica especializada em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, objetivando o transporte de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022 - Análise.

**PARECER JURÍDICO Nº 185 / 2022 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC**

**I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadora da Segurança das Eleições - COSE, que tem como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022, no 1º e no 2º turno, se houver ([0801143](#)).

**02.** Após regular instrução e aprovação do certame licitatório pela autoridade administrativa ([0882947](#)), a minuta do edital de pregão eletrônico ([0888498](#)) foi objeto de análise e aprovação desta Assessoria no Parecer Jurídico n. 152/2022 ([0889676](#)) para cumprimento da





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exigência contida no parágrafo único, do artigo 38 da Lei Geral de Licitações e Contratos.

**03.** Publicou-se o Edital de Pregão Eletrônico n. 35/2022 ([0893098](#)) nos meios de divulgação oficial no dia 8/9/2022.

**04.** Para instrução do processo, vieram aos autos os seguintes documentos extraídos do PE em análise:

a) Relatórios de propostas do sistema COMPARASNET ([0903503](#));

b) Propostas apresentada pela licitante NOGUEIRA & TERRA LTDA ([0903566](#)), CNPJ n. 34.399.731/0001-73, bem como os seus documentos de habilitação ([0903597](#), [0903600](#) e [0903602](#));

c) Solicitação nº 23/2022 – PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0903604](#)), solicitando manifestação da COSE sobre os documentos acima citados;

d) Manifestação nº 1/2022 – PRES/COSE ([0903758](#)), com manifestação da unidade técnica pelo aceite dos documentos apresentados;

f) Ata do Pregão Eletrônico ([0904086](#));

g) Termo de adjudicação ([0904765](#));

h) Intenção de Recurso e suas razões interposta pela AMATUR AMZÔNIA TURISMO, CNPJ n. 34.399.731/0001-73 ([0904102](#) e [0904104](#));

i) Manifestação do pregoeiro, julgando improcedente o recurso mencionado ([0904758](#));

**05.** Por fim, relata as principais ocorrências do certame em seu Relatório n. 11/2022 ([0904772](#)). Assim instruídos, os autos foram remetidos pela ASLIC a esta unidade jurídica para análise dos atos praticados na licitação ([0904775](#)). **É o relatório.**

## **II – DA ANÁLISE JURÍDICA DO PE N. 35/2022**

**06.** Desencadeadas a fase externa da competição, inclusive com a abertura da sessão pública do PE n. 35/2022 ([0893098](#)), é importante a análise dos atos praticados nesta etapa. Assim, nota-se o cumprimento da exigência contida no art. 25 do Decreto Federal n. 10.024/2019, dando-se as



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

devidas divulgações dos avisos de licitação ([0895502](#)), com observância do prazo mínimo de 08 (oito) dias úteis das publicações até o recebimento das propostas. Nas publicações dos avisos constam a definição precisa, suficiente e clara do objeto; a indicação dos locais, das datas e dos horários em que poderá ser lido ou obtido o edital e o endereço eletrônico no qual ocorrerá a sessão pública com a data e o horário de sua realização, requisitos listados pelo art. 3º do mesmo Decreto.

**07.** Passa-se às análises dos procedimentos propriamente ditos, tomando-se os elementos constantes dos autos e as principais ocorrências contidas no relatório do Pregoeiro:

**a) Pedido de esclarecimentos e impugnações ao edital:**  
Não houve pedidos de esclarecimentos e impugnações ao Edital;

**b) Desclassificação da proposta de forma sumária – item 6.2 do edital:** Não houve;

**c) Lances:** Os lances estão registrados em demonstrativos do sistema COMPRASNET ([0903503](#)), na Ata de Realização do Pregão Eletrônico n. 35/2022 ([0904086](#));

**d) Item deserto:** Não houve;

**e) Cancelados na Aceitação:** Não houve;

**f) Aceitação/negociação:** Nesta fase o Pregoeiro negocia com as licitantes, via Sistema Eletrônico - *chat* - a redução do lance ou da proposta mais vantajosa, na tentativa de reduzir o preço, observado o critério de julgamento, como também analisa o cumprimento das exigências editalícias para a aceitação das propostas.

As ocorrências estão registradas no item 5.3 do Relatório do Pregoeiro ([0904772](#)), cuja justificativa demonstra a aplicação acertada e objetiva dos critérios de aceitação de proposta juntadas no evento [0903566](#), na forma estabelecida no instrumento convocatório.

**g) Fase de Habilitação:** A empresa NOGUEIRA & TERRA LTDA ([0903566](#)), CNPJ n. 34.399.731/0001-73, atendeu aos requisitos de habilitação com a apresentação dos documentos necessários ([0903597](#), [0903600](#) e [0903602](#)), sendo, portanto, habilitadas pelo Pregoeiro.

**h) Recurso:** Após a divulgação do resultado do certame a licitante AMATUR AMZÔNIA TURISMO, CNPJ n. 34.399.731/0001-73, manifestou intenção de recurso ([0904102](#)) contra decisão do pregoeiro que habilitou a empresa NOGUEIRA & TERRA LTDA em relação ao item 1 do objeto licitado.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Em suas razões de recurso ([0904104](#)), a recorrente, em síntese, alega que a proposta da empresa vencedora é inexequível, contudo não apresenta nenhum dado sólido para comprovar o alegado. Apenas, menciona doutrina e jurisprudência sobre a exequibilidade da proposta e também sobre habilitação.

Por sua vez, a vencedora aduz que as razões recursais são infundadas, não havendo comprovações sobre as alegações contidas nela, requerendo, ao final, pelo indeferimento do recurso e o prosseguimento das demais fases do certame, consoante se verifica nas contrarrazões juntados ([0904757](#)).

O recurso foi conhecido pelo Pregoeiro ante o preenchimento dos pressupostos recursais. Assim, em relação ao serviço descrito no **item 1 do certame**, a adjudicação caberá a autoridade superior.

Na análise do mérito, o pregoeiro entendeu pelo não acolhimento das razões recursais, tidas como insuficientes e infrutíferas para fundamentar as alegações apresentadas pela recorrente porque, para ele, esta não traz aos autos provas que sustente suas argumentações.

Destaca-se que o pregoeiro agiu corretamente ao rejeitar, em sua apreciação inicial, as alegações da empresa recorrente, haja vista que, neste caso concreto, embora o preço ofertado esteja 49,55 % abaixo do estimado por esta Administração, não se vislumbra qualquer indício de que a licitante vencedora não irá cumprir com sua proposta, inclusive é demonstrado os atestados de capacidade técnicas juntados aos autos demonstram o contrário.

Nesse sentido é o entendimento do TCU, acertadamente mencionado pelo pregoeiro em sua manifestação:

14. No que concerne à alegação da recorrente de que a lógica mercantil não admite a circulação de serviços sem projeção de lucro factível, trata-se de mais um critério subjetivo e não previsto no edital. Nesse sentido, já decidiu o TCU que “a proposta de licitante com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduz, necessariamente, à inexequibilidade, pois tal fato depende da estratégia comercial da empresa” (AC. TCU 3092/14-Plenário) que, aliás, trouxe ao certame vários atestados de capacidade técnica.

Como visto, verifica-se que o Pregoeiro avaliou todas as alegações contidas no recurso e as afastou com suporte nas normas aplicáveis. Vê-se, portanto, que sua manifestação se encontra em harmonia com as regras editalícias e os princípios a ela aplicados.

Portanto, de acordo com a legislação vigente, as regras do edital e a jurisprudência do TCU, esta Assessoria Jurídica entende que o recurso poderá ser conhecido e, no mérito, ser julgado improcedente, para a



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

manutenção da decisão do pregoeiro, podendo a autoridade administrativa adjudicar o item 1 à vencedora do certame.

**08.** Assim, releva registrar que o procedimento licitatório foi marcado pela isonomia e probidade. Desse modo, conclui-se que transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata da Sessão Pública.

**09.** Nessa linha de reflexão, evidencia-se que restaram atendidas as diretrizes da Lei n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o que o torna legítimo e apto a produzir os efeitos legais necessários à formalização da contratação.

### **III – CONCLUSÃO**

**10. Por todo o exposto**, esta Assessoria Jurídica opina:

**I** - Pelo conhecimento do recurso e, no mérito, na esteira da manifestação do Pregoeiro ([0904758](#)) e da fundamentação contida neste opinativo, por sua **improcedência**, com base nos princípios da legalidade e vinculação ao instrumento convocatório, consequentemente, pela manutenção da decisão do Pregoeiro no PE n. 35/2022, de **aceitação do item 1 ofertado pela licitante** NOGUEIRA & TERRA LTDA, CNPJ n. 34.399.731/0001-73, na forma registrada na ata do certame ([0904086](#));

**II** - Pela **adjudicação do item 1 em favor da licitante** NOGUEIRA & TERRA LTDA, CNPJ n. 34.399.731/0001-73, face a improcedência do recurso, na forma apontada no inciso anterior e na análise contida neste parecer;

**III** - pela **homologação do certame pela autoridade competente**, nos exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0904765](#)), **acrescido ainda do item 1, caso** adjudicados pela própria autoridade administrativa em razão do improvimento do recurso, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei n. 10.520/02.

**11.** Registra-se que, após a decisão da autoridade superior, os autos devem retornar ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
Coordenadoria de Material e Patrimônio  
Seção de Contratos

**12.** Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que incompetente legalmente para pronunciar-se acerca de documentos técnicos juntados ao processo associados à aceitação do objeto.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO CASAL**, **Analista Judiciário**, em 23/09/2022, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JAMIL JANUARIO**, **Assessor Jurídico**, em 23/09/2022, às 12:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0905030** e o código CRC **26BC812C**.

0000753-26.2022.6.22.8000

0905030v7



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0000753-26.2022.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENAÇÃO DA SEGURANÇA DAS ELEIÇÕES

ASSUNTO: **Análise recursal** – Empresa Recorrente: AMATUR AMZÔNIA TURISMO, CNPJ n. 34.399.731/0001-73 . Pregão Eletrônico SRP nº 335/2022 - Homologação - Contratação de pessoa jurídica especializada em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros, objetivando o transporte de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022.

**DECISÃO Nº 6 / 2022 - PRES/DG/GABDG**



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Trata-se de procedimento administrativo instaurado pela Coordenadora da Segurança das Eleições - COSE, que tem como finalidade registrar os atos necessários à contratação de empresa especializada, devidamente registrada e autorizada pelo Poder Concedente, em fretamento de serviços de transporte rodoviário intermunicipal de passageiros no Estado de Rondônia, por meio de veículo tipo ônibus de passageiros, objetivando o transporte, de Porto Velho para algumas cidades do interior do Estado, de Policiais Militares que atuarão na segurança das Eleições 2022, no 1º e no 2º turno, se houver ([0801143](#)).

O Pregoeiro trouxe aos autos relatório de propostas ([0903503](#)), a Ata do Certame ([0904086](#)), termo de adjudicação dos itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 ([0904765](#)). Por fim juntou o Relatório nº 11/2022 - PRES/DG/SAOFC/ASLIC ([0904772](#)), expondo as principais ocorrências do certame.

Não houve pedido de esclarecimentos ou impugnação ao edital, bem como não houve desclassificação de propostas. Contudo, após a divulgação do resultado do certame a licitante AMATUR AMAZÔNIA TURISMO LTDA manifestou intenção de recurso em relação ao item 1 do objeto ([0904102/0904104](#)). A empresa NOGUEIRA & TERRA LTDA em sede de contrarrazões aduz que as razões recursais são infundadas, não havendo comprovações sobre as alegações contidas nela, requerendo, ao final, pelo indeferimento do recurso e o prosseguimento das demais fases do certame ([0904757](#)).

O Pregoeiro conheceu do recurso, uma vez que tempestivo, porém julgou improcedente para manter a aceitação da proposta para o item 1, visto que não houve a demonstração da inexecutabilidade da proposta vencedora. Por fim, adjudicou os itens 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11 e 12 à licitante NOGUEIRA & TERRA LTDA, CNPJ n. 34.399.731/0001-73 e informou que, diante da existência de recurso, a adjudicação do item 1 compete à Autoridade Superior (Item VIII do Relatório 11 - [0904772](#)). Ainda, encaminhou os autos à AJSAOFC para análise do Pregão Eletrônico SRP 35/2022, com vistas à apreciação da Autoridade Superior ([0904775](#)).

Por sua vez, a AJSAOFC exarou o parecer n. 185/2022 ([0905030](#)), opinando pelo conhecimento e não provimento do recurso juntado aos eventos n. [0904102/0904104](#), para manter a decisão do Pregoeiro sobre a **aceitação do item 1 ofertado pela licitante NOGUEIRA & TERRA LTDA, CNPJ n. 34.399.731/0001-73**, na forma registrada na Ata do certame ([0904086](#)), com a consequente adjudicação do referido item a proponente, bem como pela homologação do certame nos





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

exatos contornos do Termo de Adjudicação ([0904765](#)), acrescido ainda do item 1 em caso de improcedência do recurso.

Vieram os autos a esta Diretoria-Geral, com vistas à apreciação do recurso interposto pela empresa AMATUR AMZÔNIA TURISMO, CNPJ n. 34.399.731/0001-73, bem como para análise final do processo licitatório, com vistas à sua homologação, oriundo do Pregão Eletrônico SRP n. 035/2022 ([0904086](#)).

Inicialmente, no que diz respeito ao recurso juntado aos eventos n. [0904102](#) e [0904104](#), verifica-se a presença de legitimidade/interesse para a insurgência por parte da recorrente tendo em vista ser participante do certame, sendo o recurso protocolado pelo meio adequado (via sistema Comprasnet) com suas razões apresentadas dentro do prazo previsto nos normativos, portanto, tempestivas.

No mérito, insurge-se a recorrente contra ato do Pregoeiro que aceitou sua proposta e a habilitou a empresa NOGUEIRA & TERRA LTDA em relação ao item 1 do objeto, declarando-a vencedora, motivando sua pretensão sob o argumento de que a proposta vencedora para o item 1 do objeto seria inexecutável.

Analisando as razões trazidas pela recorrente, bem como os fundamentos contidos na conclusão do parecer jurídico supracitado, observa-se que não há reparos a fazer na decisão do pregoeiro que não acolheu a pretensão da recorrente.

O que se extrai dos autos, é que a recorrente não trouxe justificativas plausíveis a fundamentar a alegada inexecutabilidade da empresa vencedora do certame, não demonstrando objetivamente o cálculo utilizado e nem os parâmetros objetivos constantes do edital que a levaram concluir pela inexecutabilidade da proposta, limitando-se a dispendar argumentos dentro do plano teórico acerca do alegado.

Como bem pontuado no parecer da AJSAOFC, embora o preço ofertado pela licitante vencedora esteja 49,55% abaixo do estimado por esta Administração, não se vislumbra qualquer indício de que a mesma não irá cumprir com sua proposta, inclusive consta juntado aos presentes autos atestados de capacidade técnicas que demonstram o contrário do alegado nas razões recursais (evento n. [0903602](#)).

Acatar as justificativas apresentadas pela recorrente nos moldes como alegados seria legitimar o uso de presunções desfundamentadas, desprovidas de critérios objetivos e insuficientemente





**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

instruídos com acervo probatório necessário a fundamentar a pretensão recorrida.

Além disso, todo o fundamento para o improvimento da pretensão recursal encontra amparo em precedente do Tribunal de Contas da União - TCU no sentido de que as propostas de licitantes com margem de lucro mínima ou sem margem de lucro não conduzem, necessariamente, à inexecutabilidade, uma vez que tal fato depende da estratégia comercial da empresa” (AC. TCU 3092/14-Plenário) que, aliás, conforme já registrado, trouxe ao certame vários atestados de capacidade técnica ([0903602](#)). Logo, agiu bem o Pregoeiro em não acatar o argumento de considerar a proposta vencedora inexecutável, conhecendo do recurso e, no mérito, negando-lhe provimento.

Nesses termos, verifica-se que todas as decisões tomadas pelo pregoeiro foram pautadas em critérios técnicos, avaliando todas as razões do recurso, com suporte em normas pertinentes ao assunto.

Em que pese o descontentamento pautado via recursal, verifica-se, de modo geral, que no certame foram obedecidos os princípios e procedimentos das Leis n. 8.666/93 e da legislação correlata ao pregão, não sendo observada qualquer irregularidade capaz de obstar a validade do procedimento licitatório, o qual transcorreu de forma regular, estando os principais atos e ocorrências devidamente registrados na Ata do Pregão Eletrônico ([0904086](#)).

Nesses termos, pela competência delegada pelo inciso V do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018:

a) **CONHEÇO DO RECURSO** interposto pela empresa AMATUR AMZÔNIA TURISMO, CNPJ n. 34.399.731/0001-73 ([0904102](#) e [0904104](#)) e, no **MÉRITO NEGÓ-LHE PROVIMENTO**, mantendo inalterada a decisão do pregoeiro em todos os seus fundamentos, vez que não demonstrado mediante critérios objetivos a alegada inexecutabilidade a fundamentar a inabilitação da empresa vencedora do certame;

b) **ADJUDICO o item 1 em favor da licitante NOGUEIRA & TERRA LTDA, CNPJ n. 34.399.731/0001-73**, face a improcedência do recurso interposto; e

c) **HOMOLOGO O PREGÃO ELETRÔNICO n. 35/2022**, com fundamento no art. 4º, XXII, da Lei nº 10.520/02, consoante Termo de Adjudicação ([0904765](#)).



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Efetuada a homologação do Pregão no Sistema Comprasnet, à ASLIC para juntar o extrato de homologação nos presentes autos.

Por fim, devolvam-se os autos ao Pregoeiro para publicação do resultado do certame no Diário Oficial da União e no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral e juntada do comprovante aos autos.

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade dos procedimentos necessários à contratação.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 26/09/2022, às 11:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0905168** e o código CRC **A9335F22**.